

DIÁLOGOS SOBRE A TRANSIÇÃO JUSTA:

Perspectivas
globais e locais.
Caso Rio Grande
do Norte



realização

colaboração

apoio

CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DiESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

i
ineep

**JUST
TRANSITION
CENTRE**
DECENT JOBS ON A LIVING PLANET

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT 2019-2023

Presidente

Sergio Nobre

Vice-presidente

Vagner Freitas

Secretária-geral

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-geral adjunto

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Administração e
Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-adjunta

de Administração e Finanças

Maria Aparecida Faria

Secretário de Relações Internacionais

Antonio de Lisboa

Amâncio Vale

Secretário-adjunto de Relações
Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior

(Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino (Tino)

Secretário-adjunto

de Cultura

Eduardo Lírio Guterra

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações

de Trabalho

Ari Alorald do Nascimento

Secretária-adjunta de Relações de
Trabalho

Amanda Gomes Corsino

Secretária da Mulher Trabalhadora

Junéia Batista

Secretária de Saúde
do Trabalhador

**Madalena Margarida
da Silva Teixeira**

Secretária-adjunta de Saúde
do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização
e Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária de Políticas Sociais
e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Combate
ao Racismo

Anatalina Lourenço

Secretária-adjunta de Combate
ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretária de Organização
e Política Sindical

Maria das Graças Costa

Secretário-adjunto de Organização
e Política Sindical

Jorge de Farias Patrocínio

DIRETORES EXECUTIVOS

Aline Marques

Ângela Maria de Melo

Claudio Augustin

Cláudio da Silva Gomes

Francisca Trajano dos Santos

Ismael Cesar José

Ivonete Alves

João Batista (Joãozinho)

José de Ribamar Barroso

Juvândia Moreira Leite

Marcelo Florio

Marcelo Rodrigues

Mara Feltes

Maria Josana de Lima

Maria Julia Nogueira

Marize Souza Carvalho

Milton dos Santos Rezende

(Miltinho)

Pedro Armengol

EXPEDIENTE

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro,
São Paulo, SP | CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 - 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente

Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos
da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-Presidente

José Gonzaga Da Cruz

Sindicato dos Comerciantes
de São Paulo – SP

Secretário Nacional

**Paulo Roberto Dos Santos Pissinini
Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas de Máquinas
Mecânicas de Material Elétrico de
Veículos e Peças Automotivas da
Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo

Alex Sandro Ferreira Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Nas
Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Material Elétrico de Osasco E Região - SP

Diretor Executivo

Antônio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá
Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo

Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias de Energia Elétrica de São
Paulo – SP

Diretora Executiva

Elna Maria De Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos
Federais do Estado De Pernambuco - PE

Diretora Executiva

Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em
Empresas de Assessoramentos Perícias
Informações Pesquisas e de Fundações
Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva

**Maria Rosani Gregorutti Akiyama
Hashizumi**

Sindicato dos Empregados Em
Estabelecimentos Bancários de São
Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo

Claudionor Vieira Do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo

**Paulo de Tarso Guedes de Brito
Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo

Sales José Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Material Elétrico de São Paulo Mogi das
Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva

Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino
Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior

Diretor Adjunto

José Silvestre Prado De Oliveira

Diretora Adjunta

Patrícia Pelatieri

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

Entrevista com Samantha Smith 15

**Que transição justa
queremos para a região**
Lyda Forero e Natalia Carrau 28

Qual Transição Justa Camarada?
Nelson Karam e Fernando Junqueira 41

**As mudanças do setor energético
do Rio Grande do Norte**
*Rodrigo Leão, William Nozaki, Ana Carolina
Chaves, Henrique Jager* 56

**Entrevista com o Senador
Jean Paul Prates** 79

Entrevista com Darlan Santos 92



APRESENTAÇÃO

A Transição Justa
e o sindicalismo CUTista



APRESENTAÇÃO

A Transição Justa e o sindicalismo CUTista

Nunca antes na história do capitalismo foram tão grandes as contradições entre o caráter social da produção e a apropriação privada das riquezas. A atual crise ambiental não é um dado externo e independente da lógica de funcionamento deste sistema, mas o resultado de um processo de exploração e esgotamento, tanto da classe trabalhadora quanto da natureza, que a cada dia que passa aponta a inexorável necessidade de mudança no modelo econômico e de desenvolvimento. Precisamos defender que a saída para a atual crise somente será possível se subvertermos essa lógica do rentismo, do hiperconsumismo e do produtivismo.

Diante deste contexto, o movimento sindical brasileiro tem o desafio de incorporar, de forma efetiva, na sua estrutura e agenda política, as novas necessidades da sociedade e da classe trabalhadora, atualizando o enfrentamento anti-capitalista na perspectiva ecossocialista, feminista e antirracista frente às transformações do mundo do trabalho e à crise no sistema, intensificada pela pandemia da COVID-19.

Estes elementos dialogam com o sindicalismo CUTista, que tem defendido uma atuação onde se compreende que as pautas do mundo do traba-

lho não devem se desconectar de questões como a disputa do modelo de desenvolvimento. Ao longo dos anos, foi incorporada a defesa do meio ambiente e de um modelo de desenvolvimento que responda às reais necessidades da classe trabalhadora e considere os limites do planeta, que passe a compreender esses princípios como de interesse do sindicalismo e da classe trabalhadora.

A atual conjuntura brasileira nos impõe maior celeridade em dar respostas para uma crise sistêmica que impacta diretamente na organização da ação sindical, no âmbito nacional e local, e no cotidiano dos sindicatos de base; a disputa ocorre a partir de elementos da transição ecológica, em particular da defesa do que chamamos de “transição justa”.

A transição para uma sociedade de baixo carbono demandará uma série de reformas estruturais que deve acontecer de forma ampla e democrática, tendo em vista a recuperação econômica, social e ambiental à atual crise; e, ainda, deve caminhar para um modelo que rompa com as atuais dinâmicas insustentáveis de mercado e que coloque no centro a vida e o trabalho.

Diante este cenário, a transição justa tem sido a proposta prioritária do movimento sindical, que defende um conjunto de políticas destinadas a assegurar que a transição para a produção com baixas emissões de carbono garanta condições dignas de vida e de trabalho, respeite os direitos humanos e a igualdade de oportunidades para toda a classe

trabalhadora e para as comunidades impactadas, assim como promova o trabalho decente nas novas atividades econômicas desenvolvidas.

Esta discussão parte do entendimento de que as/os trabalhadoras/es não podem ser penalizadas/os pela degradação ambiental ou pelas altas emissões de CO₂ que são, na verdade, de responsabilidade das empresas em que trabalham. De igual forma, devemos considerar que a Transição Justa e os impactos ambientais e climáticos não ocorrem nem ocorrerão de maneira homogênea em todos os lugares; países do Sul Global, como o Brasil, que carregam uma série de desafios históricos como o desemprego, relações precárias de trabalho, pobreza, desigualdade, entre tantos outros, precisam de soluções que estejam incorporadas nas medidas tomadas pelos atores responsáveis para garantir a transição.

É central, nesse processo, discutir e considerar o papel do Estado no controle de empresas e setores estratégicos para o desenvolvimento, assim como o controle e proteção dos territórios e dos bens comuns frente ao interesse corporativo que procura a sua apropriação e mercantilização. A relevância da transformação do modelo energético, na discussão sobre a descarbonização, também traz a necessidade de apontar que não é suficiente uma transição energética, para energias renováveis de baixas emissões de carbono, mas que esta precisa ser acessível, universal e de

controle público. Enquanto os interesses das empresas e setores econômicos liderarem qualquer tipo de transição, não haverá soluções reais que respondam à crise ecológica e social que vivemos.

Para avançar na discussão, é preciso que a classe trabalhadora participe ativamente dessa disputa de modelo. Neste sentido, é fundamental o fortalecimento de diversas alianças, não só para expandir o debate sobre as questões ambientais e climáticas, a partir da defesa da transição justa; mas, também, para identificar e denunciar quais são as contradições que se apresentam na transformação para uma economia de baixo carbono e, ainda, para ampliar as ferramentas para a organização e o fortalecimento das trabalhadoras e trabalhadores.

Debater a Transição Justa a partir de realidades concretas: A experiência no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte vem vivenciando, nos últimos anos, um conjunto de aceleradas mudanças no setor energético, eixo chave na discussão sobre a transição para uma economia de baixo carbono. Na busca para entender as possibilidades de uma transição justa no país, a CUT identificou, como oportunidade, as mudanças da região potiguar para debater esta questão a partir da realidade concreta de áreas de energia eólica e solar, considerando aspectos econômicos, sociais e trabalhistas.

A partir deste anseio, foi desenvolvido um estudo, entre outubro de 2020 e abril de 2021, pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), do qual surgiu o artigo “As mudanças do setor energético do Rio Grande do Norte”. O artigo faz parte do ciclo de trabalho realizado no estado, que teve como objetivo entender as mudanças ocorridas como resultado da transformação do setor energético; ou seja, a redução do óleo e do gás, o aumento das energias renováveis, e seus impactos no mundo do trabalho.

No referido artigo, o INEEP apresenta um breve diagnóstico sobre o setor energético no estado do Rio Grande do Norte, destacando as mudanças recentes do setor e seus impactos no mercado de trabalho. Neste sentido, percebe-se a redução das atividades de petróleo e gás, o grande potencial de crescimento do setor eólico e solar e o processo de desinvestimento da Petrobras. As transformações em andamento nesse segmento estão provocando fortes impactos, não só na economia, mas na sociedade potiguar, como um todo.

Promoção do diálogo sobre a Transição Justa

Essa revista faz parte do esforço de uma construção da transição justa, nacional e internacional, apontando desafios e buscando fomentar o debate entre diversos setores da sociedade, dentro do

contexto das mudanças climáticas e seus impactos para a classe trabalhadora e o meio ambiente.

Na tentativa de se aproximar da realidade brasileira e dar maior concretude à discussão, esta publicação é composta por três artigos e três entrevistas; que trazem perspectivas sindicais do debate nos âmbitos internacional, regional e nacional, e, também, convidam atores importantes para falar sobre o avanço da agenda no país e refletir sobre a transição justa no Brasil.

No artigo, “Qual Transição Justa Camarada? Princípios para uma Transição verdadeiramente Justa no Brasil”, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aborda a importância do envolvimento do movimento sindical e da classe trabalhadora no debate sobre a transição justa no Brasil. O artigo resgata algumas experiências internacionais de transição justa - os casos do Canadá, Alemanha, Espanha e Chile, que enfrentam processos de transição energética do carvão para fontes renováveis e limpas. Segundo o artigo, essas experiências são exemplos que podem ajudar no processo que se pretende construir no Brasil, em direção a um padrão de desenvolvimento que considere a integração entre as dimensões econômicas e sociais.

A Confederação Sindical de trabalhadores e trabalhadoras das Américas (CSA) está comprometida com uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que coloca o trabalho, em um sentido

amplo, no centro. A partir desta visão e do entendimento de que o modelo de desenvolvimento e a transição justa são conceitos em disputa é apresentado o artigo: “Que transição justa queremos para a região?”, escrito por Lyda Forero e Natalia Carrau. Avançar não só com um plano de transição energética, mas disputar a propriedade e controle da energia é um dos elementos que se colocam como centrais pelo sindicalismo das Américas para um real enfrentamento à crise climática e ambiental. As autoras também trazem as barreiras a esta agenda, partindo da realidade dos sindicatos da região.

Em sua entrevista, Samantha Smith, diretora do Centro de Transição Justa da Confederação Sindical Internacional (CSI), apresenta alguns dos acúmulos e aprendizados de experiências do sindicalismo internacional na construção da transição justa. Na conversa, a autora ressalta a importância da liderança dos trabalhadores e trabalhadoras na discussão e a urgência de ações para um real avanço. Sem sindicatos, não há transição justa.

A entrevista concedida pelo Senador Jean Paul Prates nos ajuda a visualizar como o congresso nacional vem tratando o tema do enfrentamento às mudanças climáticas; e, nos dá uma ideia sobre algumas ações prioritárias para o Brasil, a região Nordeste e o Rio Grande do Norte. Outro tema abordado e bastante desafiador é a geração de empregos decentes e renda, a partir da mudança no setor energético. Esse é o grande desafio:

garantir que esta transição sustente a geração de empregos decentes.

Na entrevista concedida pelo diretor presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE), Darlan Santos, observamos como a região Nordeste tem contribuído na diversificação da matriz energética nacional, alinhada ao processo de transição energética para uma matriz renovável. Segundo Darlan, o modelo da simples exploração dos recursos naturais, com forte impacto no meio ambiente, tem perdido espaço para modelos de exploração associados à preservação ambiental.

A discussão sobre a transição justa no Brasil encontra-se ainda numa fase inicial, mesmo tendo feito parte da estratégia de ação da CUT na última década. O debate tem ganhado força em grupos aliados e, também, no nível do Estado e no setor empresarial, frente às possibilidades de ampliação das transformações da economia de baixo carbono. Sendo assim, nosso desafio é, por um lado, ampliar a participação e formação neste debate por parte da base cutista e aliados de movimentos sociais e organizações parceiras e, por outro, debater como este conceito é implementado ou não nas políticas públicas e na economia como um todo.

Precisamos incorporar nas nossas elaborações, reivindicações e ações, as abordagens integradas do ecossocialismo, da economia ecológica e da economia feminista, que apontam as ferra-

mentas necessárias para a superação das formas atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalista, patriarcal e colonialista, de crescente e insustentável demanda de energia e materiais, de forma a sobrepor a sustentabilidade da vida como princípio organizador dos processos econômicos.

Esta publicação é resultado de uma parceria com o Dieese, importante aliado da CUT para avançarmos na discussão da transição justa no Brasil. Agradecemos o apoio do Centro de Transição Justa da Confederação Sindical Internacional (CSI) para o desenvolvimento desta iniciativa.

Boa leitura.



Antonio de Lisboa Amâncio Vale
Secretário de Relações Internacionais

Daniel Machado Gaio
Secretário de Meio Ambiente

ENTREVISTA COM SAMANTHA SMITH¹

“Precisamos de um conceito de transição justa que também fale da luta de classes, do modelo extrativista e da democracia”



1. Samantha Smith é a diretora do Centro de Transição Justa da Confederação Sindical Internacional (CSI). Formada como advogada, ela tem trabalhado em questões climáticas, ambientais e de justiça social por mais de duas décadas.

CUT Brasil/DIEESE - O que significa a transição justa para uma sociedade verdadeiramente sustentável e de baixo carbono?

—

No âmbito da Organização Internacional do Trabalho, sindicatos, empregadores e governos negociaram regras globais para a transição justa. As regras têm duas partes: processo e resultados. Do lado do processo, a transição é considerada justa apenas se os sindicatos estiverem na mesa, com os empregadores e os governos, para negociar a questão climática e os planos de emprego. Sem sindicatos, não há transição justa. Do lado do resultado, uma transição justa visa a sustentabilidade total; ou seja: a erradicação da pobreza; proteção social para todos; trabalho decente para todos; redução das desigualdades; e, emissões, poluição e desperdícios baixos ou nulos.

CUT Brasil/DIEESE - De que forma este conceito pode ser desenvolvido em países com elevada desigualdade social, altos índices de desemprego e informalidade, contratos de trabalho menos protegidos, entre outras precárias condições de trabalho? As políticas de sustentabilidade ambiental podem impulsionar a criação de empregos e promover maior igualdade? Quais experiências internacionais têm avançado nesta direção?

—

A transição justa baseia-se nos direitos humanos, nos direitos trabalhistas, na erradicação da pobreza e na jus-

tiça. Obter uma transição justa em países com elevadas desigualdades, onde os direitos trabalhistas básicos são atacados, é uma enorme luta; requer uma nova abordagem do conceito e diferentes táticas e estratégias.

A iniciativa da CUT Brasil de transição justa, no Rio Grande do Norte, é um importante exemplo, para o movimento sindical global, sobre como obter uma transição justa neste contexto. O que aprendemos com a CUT e outros afiliados numa situação semelhante é a importância de construir poder no nosso movimento com outros movimentos. Depois, utilizamos esse poder para conseguir diálogo social (negociações) com empregadores e governos num processo mais formal; ou então, como no Chile, para conseguir uma nova constituição ou mesmo uma mudança de governo. Trabalha-se de forma a obter uma mudança. Quando o governo nacional é antissindical, é possível trabalhar no nível estatal ou municipal, ou ainda, com alguns empregadores.

CUT Brasil/DIEESE - Em uma transição, quais estudos devem ser realizados na preparação de diagnósticos para entender a realidade local? A elaboração de alternativas de desenvolvimento para as comunidades impactadas deve ser proposta por uma comissão designada para coordenar o trabalho de transição justa?

—
A transição justa é diferente em diversos lugares. Dito isto, para obter boas estratégias no movimento sindical,

precisamos saber o que está acontecendo em setores de alta emissão, como energia e manufatura, bem como em setores que podem potencialmente proporcionar muitos empregos de qualidade e com baixas emissões, como a construção civil. No Rio Grande do Norte foi fundamental entender se os empregos no petróleo e gás estavam aumentando ou diminuindo, em que escala de tempo e por quê; quais eram as estruturas de propriedade e investimento para “novos” setores, tais como energia renovável; e, onde trabalhadores e sindicatos podiam fazer pressão. A análise do poder também é importante para que entendamos quem está potencialmente alinhado conosco e quem não está.

Em alguns países, como a África do Sul, Escócia e Canadá, os governos nomearam comissões para desenvolver recomendações para uma transição justa em um setor ou mesmo para toda a economia. Todas estas comissões incluem ou, em alguns casos, são lideradas por sindicatos. Entretanto, estas comissões são geralmente mais amplas e não substituem o diálogo social entre sindicatos, empregadores e governo. Geralmente são consultivas, sem o poder de tomar decisões executivas. Pelo que vimos até agora, as comissões e grupos de trabalho são uma forma de reunir diferentes atores na sociedade e de tentar obter uma visão consolidada.

Para responder diretamente à sua pergunta – se as comissões são uma boa ideia para os trabalhadores – eu diria que depende. Os sindicatos, em alguns países, estão proporcionando uma transição justa sem novas instituições como as comissões. Eles já têm boas insti-

tuições de diálogo social e um equilíbrio de forças favorável. Mas as comissões podem ser uma boa ideia se os sindicatos desempenharem um papel forte e houver um foco real e recursos para a proteção social, para a boa criação de empregos e para não deixar ninguém para trás. Entretanto, se a voz dos trabalhadores for apenas uma voz entre muitas, e se nossas questões como trabalhadores não estiverem em foco, então uma comissão pode não ser o melhor instrumento político.

CUT Brasil/DIEESE - Que fontes de recursos têm sido usadas para financiar programas de transição na Europa? Como você vê esta questão nos países do Sul Global?

—
Na União Europeia, a transição justa está sendo financiada com a receita dos mercados de carbono em um fundo específico, assim como através das instituições financeiras da UE, do orçamento dos Estados membros da UE e de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial.

Dependendo do país, há duas fontes potenciais de receita no Sul Global. Uma é a tributação externa sobre a extração de recursos naturais e mão de obra - onde grande parte do valor vem do Norte Global - e sobre os fluxos financeiros. A outra é a tributação interna sobre os ricos e as corporações. Ambas são importantes porque a transição justa começa com uma tributação justa.

Depois, está o desenvolvimento internacional e o financiamento climático. A questão, como sempre, é que as instituições financeiras internacionais e bilaterais e os governos que as financiam geralmente não têm boas agendas para os trabalhadores.

Até mesmo o Banco Mundial reconheceu a necessidade de mudança. Uma análise do Banco Mundial das experiências com privatização e liberalização do mercado no setor energético mostrou que os resultados do mundo real, como o aumento do acesso à energia ou preços mais baixos, foram desiguais; e, ainda, não há evidências de que a privatização do setor energético ajude a descarbonizá-lo.

CUT Brasil/DIEESE - Que tipos de canais e instrumentos são necessários para que os sindicatos sejam protagonistas na escolha dos setores prioritários e não apenas sigam as determinações dos governos e das empresas?

—

Precisamos ter nossos próprios planos e estratégias, liderados pelos trabalhadores, para uma transição justa; e, fazer nossas próprias mesas, às quais governos e empregadores têm de vir. Os sindicatos da Nova Zelândia utilizaram esta estratégia com sucesso, assim como os canadenses. A mobilização interna e a construção de estratégias são fundamentais. Tudo começa com os trabalhadores, mas também precisamos de uma boa análise, estratégias e táticas.

CUT Brasil/DIEESE - A transição energética na Europa tem, muitas vezes, colocado em lados opostos as direções sindicais e os trabalhadores que representam, sobretudo em razão da perda de empregos com melhores remunerações e estabilidade no processo de transição. Como os sindicatos enfrentam esta complexa situação sem perderem força e representatividade?

—

Os sindicatos na Europa e em outros lugares, que melhor geriram esta questão, têm dirigentes que passaram muito tempo falando e aprendendo com os afiliados, a fim de construir compreensão e consenso sobre o fato de que a mudança está chegando. Este pode ser um processo longo; muitas vezes, os dirigentes se encontram com trabalhadores em cada local de trabalho ou em reuniões regionais ou locais da câmara municipal do sindicato. Os trabalhadores têm perguntas e os dirigentes precisam ter as respostas. Por vezes, os sindicatos encomendam pesquisas a fim de responder às perguntas dos trabalhadores.

Outro ponto crítico é a organização dos novos postos de trabalho. Muitas vezes esses postos de trabalho são mais difíceis de organizar porque os trabalhadores estão dispersos ou empregados em pequenas empresas; ou, ainda, porque as empresas de novos setores querem migrar postos de trabalho ou são antissindicais. Seja como for, também temos de organizar estes empregos e trazer mais trabalhadores para o nosso movimento.

CUT Brasil/DIEESE - A construção de alianças sindicais com outros movimentos sociais pode ajudar a tornar a transição mais justa? Quais alianças deve-se procurar?

—

Os sindicatos no Brasil estão entre os melhores do mundo na construção de alianças com os movimentos sociais. Na minha opinião, a construção de alianças é uma tática chave para a transição justa, especialmente onde - como no Brasil - precisamos construir oposição, porque as forças políticas e o capital estão alinhados contra os sindicatos. Talvez seja bom distinguir entre verdadeiros aliados, com os quais partilhamos classe e análise política, e atores com os quais podemos ter alianças táticas, onde é politicamente útil ter exigências partilhadas durante um período. Se o objetivo é construir poder, também pode ser bom procurar alianças com outros movimentos de massas - como fez a CUT Brasil.

CUT Brasil/DIEESE - A transição justa se movimenta no contexto da luta de classes, do modelo de desenvolvimento, da democracia, entre outras questões estruturais da sociedade em que vivemos. As formas de trabalho estão mudadas, países clamam por mais crescimento econômico, democracias consolidadas balançam com o populismo. Há mobilização suficiente para que processos de transição justa enfrentem também estas questões estruturais?

—

Penso que não temos outra escolha a não ser a de nos mobilizar em todas estas questões. Devido às mudanças climáticas, o movimento está chegando a quase todos os setores, quer sejam as ondas de calor que tornam o trabalho ao ar livre demasiado quente para os trabalhadores, quer seja a mudança estrutural para a indústria transformadora ou de produção de energia para passar de setores com maiores emissões para setores com menores emissões. Precisamos de um conceito de transição justa que também fale da luta de classes, do modelo extrativista e da democracia.

CUT Brasil/DIEESE - A criação de Centros Regionais de Transição Justa tem se mostrado um caminho adequado para monitorar o processo de transição que costuma levar muitos anos? Poderia nos apresentar algum exemplo neste sentido?

—

Não tenho conhecimento de outros Centros de Transição Justa filiados no movimento sindical. Dito isto, centros regionais, federações sindicais globais, federações nacionais e setoriais, federações e conselhos de trabalho estatais e locais, sindicatos de trabalhadores e grupos de reflexão sindical, na maioria dos países, começaram a trabalhar em questões de transição justa e climáticas. É muito animador.

Um próximo passo com observatórios ou centros sindicais regionais de transição justa seriam muito úteis. No entanto, isto depende realmente dos afiliados da CSI e dos centros regionais.

CUT Brasil/DIEESE - A Espanha e a Alemanha podem ser consideradas como bons exemplos de processo de transição justa no carvão? O que tem sido feito nesses países e quais os resultados alcançados?

—

Na minha opinião, ambos os países são bons exemplos, se bem que muito diferentes, de um processo de transição justa.

Na Espanha, o governo criou recentemente um Instituto de Transição Justa dentro do governo, encarregado de trabalhar na transição justa em toda a economia. Os sindicatos têm assento no conselho do Instituto. Além disso, os sindicatos e o governo chegaram a um acordo para assegurar as pensões e empregos para todos os trabalhadores da indústria do carvão, bem como os planos de investimento nas regiões carboníferas. Importante destacar que não havia uma comissão nacional de transição justa ou força-tarefa na Espanha; os sindicatos negociaram diretamente com o governo nacional e regional e com os empregadores.

Na Alemanha, o governo aprovou pacotes sobre o clima e a transição justa no ano passado, o que resultará na eliminação total da energia carbonífera no país até 2038 e numa transição simultânea para as energias renováveis. Os pacotes também incluem 40 bilhões de euros para o redesenvolvimento das regiões carboníferas. É importante destacar que a maior parte deste recurso é para a modernização de infraestrutura e outras medidas de criação de emprego nas regiões carboníferas da Alemanha, que têm tido pouco investimento nos últimos 30 anos. O montante que irá diretamente para o apoio aos trabalhadores é uma pequena proporção do total. Os melhores itens dos acordos alemães são: a) nenhum trabalhador ficará para trás e b) haverá investimento nas regiões.

CUT Brasil/DIEESE - O governo Biden tem sinalizado com a importância da participação dos sindicatos na nova política ambiental. Tal fato pode significar uma esperança de políticas mais inclusivas e uma luz para o Brasil?

—
Sim, o governo Biden está trabalhando muito de perto com os sindicatos dos EUA e já vemos progressos em questões que vão desde a aplicação da legislação trabalhista até as propostas de normas trabalhistas em matéria de energias renováveis. O Presidente Biden tem dito, repetidamente, que a política climática tem de ser uma política de emprego, o que é realmente importante para a mão de obra dos EUA. Se a administração conseguir que os pacotes de despesas sejam aprovados pelo Congresso, veremos investimentos mais favoráveis ao clima em transporte público e infraestrutura, na reconstrução de comunidades de combustíveis fósseis, em justiça racial e equidade. É provável que estes investimentos tenham normas de emprego associadas a eles.

Ao mesmo tempo, a administração Biden e a mão de obra dos EUA têm de assumir os efeitos de um esforço combinado de mais de 30 anos por parte do capital para esmagar a organização dos trabalhadores. Há muito a fazer e ainda há muitos atores que não querem ver um forte movimento trabalhista dos EUA.

CUT Brasil/DIEESE - Quais os principais aprendizados das experiências de transição justa que você tem acompanhado até agora, e quais desafios enxerga para os próximos anos? Como fortalecer as alianças Norte-Sul para o enfrentamento das desigualdades que existem neste debate?

—

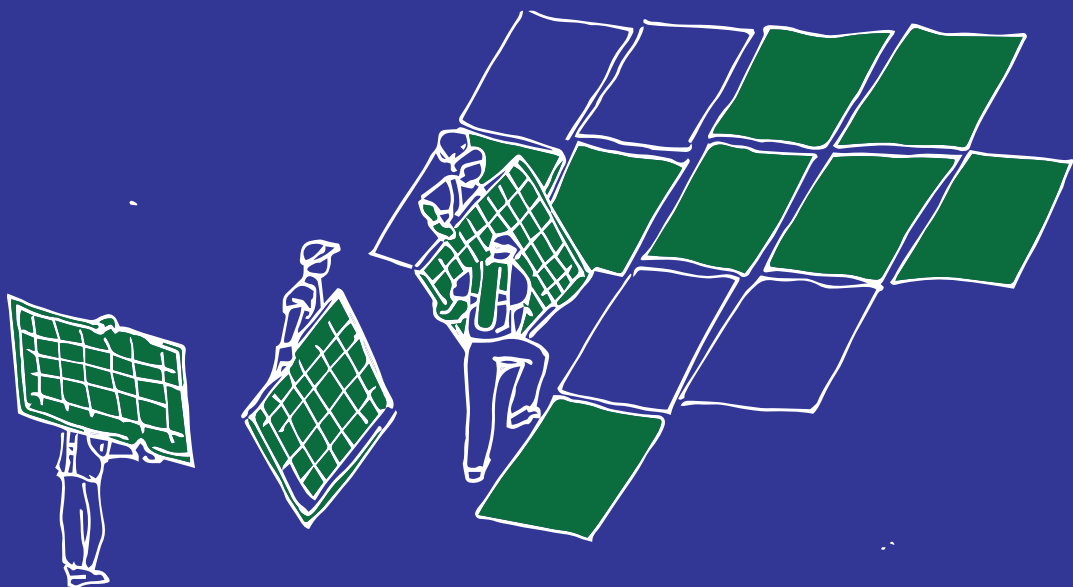
Talvez a lição mais importante seja que precisamos sempre começar mais cedo do que pensamos. Tentar negociar uma transição justa quando a crise já começou e as pessoas estão perdendo os seus empregos é realmente difícil. Antecipar a mudança, mobilizar os trabalhadores, estarmos prontos com as nossas próprias estratégias e planos - tudo isto é fundamental para obter um bom resultado para o nosso povo.

A segunda lição mais importante é que a transição justa é sobre as nossas questões sindicais do dia a dia: direitos, empregos de qualidade, leis trabalhistas, conseguir um estado de bem-estar social que proteja todas as pessoas, serviços públicos de qualidade, propriedade, negociação coletiva.

E a terceira lição é que são necessários novos empregos e os novos empregos devem ser bons empregos. Sem novos e bons empregos para os trabalhadores quando os empregos antigos desaparecerem, e sem segurança na transição, nunca conseguiremos o apoio em massa dos trabalhadores para a ação climática. Tão simples quanto isso.

QUE TRANSIÇÃO JUSTA QUEREMOS PARA A REGIÃO

Lyda Forero¹ e Natalia Carrau²



1. Lyda Forero é ativista em questões de justiça econômica e ambiental. Atualmente trabalha como assessora da Confederação Sindical de trabalhadores e trabalhadoras das Américas (CSA).

2. Natalia Carrau é pesquisadora, militante social e feminista da REDES-AT. Formada em Ciências Políticas. Atualmente faz parte da equipe de assessoria Confederação Sindical de trabalhadores e trabalhadoras das Américas (CSA)

INTRODUÇÃO

Por que é necessária a transição?

A cada dia fica mais evidente que enfrentamos uma crise ambiental e climática, que coloca em risco a vida no planeta como o conhecemos. Também há consenso que o aumento dos gases de efeito estufa (GEE), gerados pela grande produção industrial e agroindustrial, baseada em combustíveis fósseis, é uma das principais causas desta crise.

À medida que a crise, suas consequências e impactos tornam-se mais evidentes, e a preocupação política com o assunto aumenta globalmente, fica mais clara a urgência e o momento crucial no qual nos encontramos para caminhar em direção a uma transição justa para um novo sistema de energia que não seja baseado em combustíveis fósseis. Os movimentos sociais, em especial o sindical, defenderam a inclusão da transição justa no Acordo de Paris e aproveitaram sua incorporação no preâmbulo para seguir avançando em propostas de sistemas baseados na justiça climática, que considera a energia um direito e não uma mercadoria e onde trabalhadores e comunidades têm seus direitos garantidos.

Apesar da crescente preocupação com a crise climática e ambiental e das instituições multilaterais e regionais insistirem na necessidade de uma recuperação da crise gerada pela pandemia, também em termos ambientais, nem todos os atores e perspectivas estão em linha com as demandas do sindicalismo sociopolítico. É fundamental compreender a justa transição, a crise ambiental e climática no quadro da crise do modelo imposto por décadas de políticas neoliberais. Isso nos permite ver mais claramente a necessidade de trabalhar para uma mudança no modelo de produção e consumo.

Qual o tipo de transição para torná-la justa

O sindicalismo das Américas considera a noção de desenvolvimento como um **conceito em disputa**. A Confederação Sindical de trabalhadores e trabalhadoras das Américas (CSA) está comprometida com uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que coloca o trabalho (em um sentido amplo) no centro. A visão de desenvolvimento reafirma os pilares do trabalho decente, da distribuição da riqueza, da democracia participativa, da igualdade e equidade entre os gêneros, da proteção e inclusão social de todos, da justiça ambiental e da transição justa. É o compromisso com um desenvolvimento sustentável que integra as dimensões política, econômica, social e ambiental.

3. Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA).

Disponível em:
<https://csa-csi.org/plada/>

A visão da transição justa se enquadra nesta perspectiva de desenvolvimento sustentável e leva em consideração as propostas e demandas de todos os eixos estruturais da vida em sociedade: a política, a economia, a sociedade e o meio ambiente³. E, ainda, é uma demanda e perspectiva de transição justa inscrita em um quadro mais amplo sobre a relação entre a natureza e as pessoas, mediada pelo trabalho.

Na visão da CSA, é imprescindível discutir e modificar as bases do modelo de produção e consumo para caminhar em direção a um novo modelo, através da transição justa que propõe. Se avançarmos apenas em um plano de transição energética, mas não disputarmos a propriedade e o controle da energia, como, por exemplo, dos sistemas agroalimentares, optaremos por um atalho, que em breve nos deixará novamente em um cenário de crise profunda. Nesse sentido, uma transição não é justa se apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa ou pintar a economia de verde. Essas ideias são fictícias e impõem soluções consideradas falsas, porque não modificam as bases do sistema e é ele que impõe a crise climática, ambiental e alimentar que vivemos.

A transição justa é um compromisso prioritário do movimento sindical, nos âmbitos regional e internacional. Trata-se, essencialmente, da urgência em articular os princípios da justiça social e da justiça ambiental. Nesse sentido, é preciso ir além da garantia essencial do diálogo social. A CSA diz

que a transição e as transições, incluindo aquelas que passam pela apropriação e uso das tecnologias, só serão justas se:

- Partirem da centralidade da vida e do trabalho, considerado no sentido amplo, o que inclui o trabalho reprodutivo e reflete a carga adicional das mulheres;
- Promoverem o trabalho decente e garantirem o respeito aos direitos humanos, em particular os trabalhistas;
- Promoverem a democratização, a desconcentração, a desmercadorização da energia e a garantia do acesso gratuito e universal aos serviços públicos;
- Emergirem de mecanismos democráticos com a participação das/os trabalhadoras/es;
- Considerarem as responsabilidades históricas e diferenciadas na geração da crise, no nível nacional e internacional, o que implica em levar em conta as assimetrias dentro dos países e entre os países;
- Além da mudança de fontes, apontarem para uma mudança no sistema energético, que também questione a propriedade, o uso e o controle da energia;
- Rejeitem soluções de mercado que ignorem as causas estruturais da crise;
- Visarem a paz nos territórios, reduzirem as formas de produção extrativista e democratizarem o acesso à terra;
- Promoverem a reforma agrária e a superação da estrutura social baseada no patriarcado;

— Democratizarem a propriedade da tecnologia e o controle popular sobre ela. Nas discussões sobre mudanças climáticas, os sindicatos da região discutiram a ideia de “tecnologia como solução”. Esses determinismos, muitas vezes, escondem assimetrias no acesso, na propriedade e no controle dessa tecnologia.

Barreiras à transição justa

Caminhar para uma transição justa implica compreender os obstáculos reais e potenciais existentes, que aumentam mesmo no contexto da crise gerada pela pandemia. Algumas dessas barreiras são anteriores à pandemia e estão relacionadas às diferentes visões sobre as necessidades de se caminhar para uma transição justa e sobre o diagnóstico da crise do próprio sistema. Algumas barreiras ou obstáculos identificados na região são os seguintes:

Visões conservacionistas - limitam a questão ambiental ao cuidado e proteção do ambiente como algo diferente, distante e oposto às pessoas e propõem “fechar ou cercar” a Natureza, livre de pessoas, para protegê-la. Não partilhamos dessa visão. Nos reconhecemos como parte deste planeta e, nesse sentido, propomos a necessidade de pensar a relação entre o ambiente e a sociedade de forma harmoniosa. Essa relação é mediada pelo trabalho, por meio das diferentes formas de trans-

formação da natureza. Por isso, estamos falando de um debate muito mais aprofundado sobre o modelo de produção e consumo para avançar na ideia de desenvolvimento sustentável. É esse modelo exclusivo, que devasta a vida e aumenta os lucros, que deve mudar. Reduzir a transição a uma mudança nas fontes de energia, sem transformar o modelo, é uma falsa solução.

Visões autoritárias (em alguns casos ligadas às anteriores) – surgem quando governos autoritários se colocam como defensores da causa ambiental e promovem iniciativas que privilegiam o capital, acusando as populações e os trabalhadores/as de serem os causadores dos danos ambientais. Nestes casos, utiliza-se a preocupação ambiental como pretexto para deslocar comunidades, impor políticas e reprimir; mas, ao mesmo tempo, apresentam-se, internacionalmente, como líderes na luta contra as mudanças climáticas. O exemplo mais emblemático é o Chile, embora a Colômbia não fique muito atrás. Várias visões conservacionistas da questão ambiental utilizam meios autoritários para se impor.

Ausência da democracia - na região, alguns governos têm avançado em seus compromissos formais com a Convención Marco de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC). Eles desenvolveram planos ambiciosos ou conserva-

dores para a mitigação da mudança climática, por meio de contribuições nacionalmente determinadas; e, implementaram ou projetaram mecanismos e propostas de transição justa. Em poucas exceções, essas iniciativas têm acontecido com a participação sindical e social. Este é um grande obstáculo que até nega a própria essência do sindicalismo sociopolítico que a CSA promove na região. Se os sindicatos não forem reconhecidos como atores do desenvolvimento; se não houver participação real e efetiva das organizações sindicais na formulação, implementação e execução dos planos para enfrentar as mudanças climáticas; se não houver negociações que garantam um diálogo social efetivo; e, se os sindicatos não puderem expressar suas opiniões ou fazer suas demandas sobre as transições que esperam ocorrer em setores produtivos estratégicos para o futuro de nossas sociedades, a transição justa será apenas letra morta, e também fracassará em seu objetivo.

Falta de uma abordagem abrangente do problema - pode transformar a preocupação com o ambiente em uma prática empresarial ou uma forma de *marketing* em benefício do capital, principalmente, transnacional. A reciclagem e o reaproveitamento de resíduos, a economia circular, os jardins urbanos ou a composição das matérias-primas que são utilizadas nos produtos cosméticos, são elementos importantes para pensar a dimensão ambien-

tal, tendo em vista a preocupação com os impactos que geram a intervenção humana. Porém, se não forem pensados antes, como parte de uma transformação do modelo e de uma visão política, acabarão sendo superficiais.

Captura corporativa - Com o passar dos anos e com a crescente preocupação com as mudanças climáticas, as empresas transnacionais criaram estratégias de mercado que lhes permitem apresentar negócios tradicionais ou criar produtos e serviços e apresentá-los como formas de transição, de redução dos gases de efeito estufa ou de redução do desmatamento. As corporações pintam de verde sua responsabilidade social empresarial, falando agora em “responsabilidade ambiental”, e captam recursos do Estado, se apropriam de propostas e conceitos construídos pelos movimentos sociais, com grande peso do movimento sindical, tirando seu sentido e transformando-os em novas formas de geração de lucro. A extensão da captura corporativa é ampla e assume diferentes formas na região. No Brasil, por exemplo, está muito bem documentada e evidenciada em casos específicos, como o crime ambiental em Mariana nas mãos da Vale. A captura corporativa de negociações internacionais passa também pela captura corporativa de alguns Estados, o que pode incluir outras formas de captura, tais como o financiamento de legislações, parti-

dos políticos, *lobby* e interferência para frear a legislação de defesa e proteção do meio ambiente; o financiamento de grupos paramilitares e dispositivos armados de segurança territorial, entre outras. Nossa região é um triste exemplo disso.

Propriedade e controle de empresas e capitais transnacionais - Uma transição e uma mudança progressiva que nos afasta de fontes de energia poluentes, como os combustíveis fósseis, não poderá ser justa se não questionar a propriedade, o uso e o controle da energia; e, ao contrário, manter as empresas transnacionais como atores e beneficiários das mudanças e até mesmo oferecer a elas mais controle sobre o sistema da energia.

A pandemia como justificativa - Nos falamos sobre o futuro do mundo do trabalho, afirmando que este perde a sua centralidade perante a economia digital, a quarta revolução industrial e o incremento das energias renováveis. Ao mesmo tempo, vivemos uma crise sem precedentes com a pandemia. Por um lado, a crise mostra que o trabalho é fundamental para atender às necessidades básicas das sociedades e ao funcionamento da economia. Por outro lado, esta crise também tem sido utilizada pelo capital e por alguns governos para avançar uma reforma trabalhista de fato, impondo os diferentes aspectos da digitalização, como o aumento da flexibilidade e a transferência dos custos

de produção para os trabalhadores, através do teletrabalho e da precariedade. De alguma forma, o anunciado futuro do trabalho, sem direitos e para o capital, veio com a COVID-19. Alguns setores produtivos estão prestes a começar transformações com tendência a atender às promessas de enfrentar as mudanças climáticas, ou já iniciaram estas transformações. Aproveitar os compromissos assumidos nas negociações da CMNUCC para impor estruturas produtivas digitalizadas, sem trabalhadores/as, sem sindicatos é hoje uma ameaça real para as classes populares e uma opção para o capital.

Comentários finais

A defesa da democracia continua sendo uma prioridade na região e não está desconectada da questão ambiental. Sob a bandeira da transição justa, sindicatos e organizações sociais lançaram luz não só sobre os custos ocultos que essa transformação do sistema energético pode ter na vida dos trabalhadores/as e das comunidades, mas também sobre as violações dos direitos humanos e ambientais. Uma transição justa deve ser necessariamente democrática, baseada em direitos, contribuir para a justiça climática e ser concebida e implementada com a participação ativa dos movimentos sociais.

Uma transição sem justiça não é o caminho que propõe a CSA. O sindicalismo das Américas

tem consciência da necessidade de transformar as formas de produção e consumo, mas não à custa da vida e das condições de trabalho dos trabalhadores/as.

É necessário avançar em abordagens interseccionais que levem em conta as diferentes formas de opressão que vivem os povos. A perspectiva crítica do racismo ambiental enfatiza que as comunidades racializadas foram submetidas a níveis mais elevados de poluição ambiental, como resultado da exclusão histórica, da discriminação, da desigualdade, da pobreza e da marginalização. Da mesma maneira, essas formas de opressão subjugaram as mulheres, o que acarretou impactos diferenciados sobre como a crise ambiental as afeta. Quando pensamos em soluções, as comunidades que se opõem à desigualdade racial, assim como as organizações feministas, devem refletir sobre as respostas estruturais. Este é um espaço em construção também com o sindicalismo e o ambientalismo.

A transição justa para a classe trabalhadora da região deve reivindicar o legado de luta das trabalhadoras e trabalhadores pelos serviços públicos, inclusive questionando e reclamando sua propriedade. A abordagem dos bens comuns permite discutir o acesso, o controle e o uso de energia, de água, de terra e sementes, como direitos humanos. O controle social e democrático, a propriedade pública da energia em todas as suas fontes, são condições essenciais para a construção de

uma perspectiva de transição popular justa para a classe trabalhadora. A transição justa não pode ignorar a necessidade da democracia energética como componente integrante de um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social.



QUAL TRANSIÇÃO JUSTA CAMARADA?

Princípios para uma Transição verdadeiramente Justa no Brasil¹

Nelson Karam² e
Fernando Junqueira³

JULHO/2021



1. Este artigo está baseado na publicação lançada em maio/21 pelo DIEESE e WWF, intitulada: *Carvão Mineral: experiências internacionais na busca por uma transição energética justa para o setor carbonífero no sul do Brasil*.

2. Nelson Karam é economista do DIEESE, onde coordena atualmente estudos sobre trabalho e meio ambiente.

3. Fernando Junqueira é economista do DIEESE.

Introdução

É louvável e oportuna a iniciativa da CUT em trazer para o debate nacional o processo da Transição Justa como garantia de que, nas estratégias rumo a um desenvolvimento sustentável, os trabalhadores não sejam deixados para trás.

Há uma grande mobilização, sobretudo nos países desenvolvidos, para combater as causas das mudanças climáticas que provocam desastres não só ambientais – secas, inundações, ciclones, calor extremo, entre outros – mas também sociais e econômicos, como a perda de empregos, o aumento da desigualdade, o fechamento de empresas e outras consequências.

Nas últimas décadas, acreditou-se na possibilidade de que as ações de mitigação frente ao crescimento econômico, sem cuidado ambiental, fossem suficientes para salvar o planeta. Em 2015, a ONU propôs aos países-membros uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, ancorada na ideia de que é preciso implementar mudanças estruturais na forma de produzir para salvar a vida no planeta, que foram consubstanciadas

na Agenda 2030, composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O movimento sindical, com apoio de outras organizações da sociedade civil, lutou muito para incluir nesta agenda o conceito de Transição Justa e a perspectiva de que as mudanças na base produtiva, necessárias para resguardar o bem viver do planeta e das pessoas, assegurassem também a redução das desigualdades e a perspectiva de geração de empregos decentes.

A questão é que estes conceitos e compromissos tendem a ser modificados ou esquecidos à luz de interesses em jogo, em cada conjuntura dos países. Por esta razão, é importante ter muito claro o que se entende por Transição Justa, de que princípios e valores estamos falando, para garantir que, na prática, este processo possa ser verdadeiramente justo.

O presente artigo pretende contribuir para este entendimento, através do resgate de algumas experiências internacionais de transição justa; em particular, foram sistematizados, os casos do Canadá, Alemanha, Espanha e Chile, que enfrentam processos de transição energética do carvão para fontes renováveis e limpas. Tais experiências podem jogar luz sobre o processo que se pretende construir no Brasil em direção a um padrão de desenvolvimento que considere a integração entre as dimensões econômicas e sociais.

O que se entende por Transição Justa

A história traz vários exemplos de desvirtuamento de conceitos e formulações teóricas, como por exemplo, o encurtamento de princípios relacionados ao conceito de Trabalho Decente formulado pela OIT, assim como a apropriação indevida do termo sustentável como forma de cancelar a combinação de atividades inconciliáveis como pecuária sustentável.

Com a utilização do conceito de Transição Justa (TJ), a história não tem sido diferente. Várias organizações e entidades de classe têm se apropriado desta expressão para designar processos mutilados de transição, que não se completam e muito menos são justos, pois não incorporam a dimensão social e democrática participativa em suas formulações.

As experiências internacionais analisadas neste artigo, sobretudo aquelas protagonizadas pelos sindicatos de trabalhadores em seus diferentes âmbitos de representação, deixam muito claros os princípios e valores que marcam o conceito de Transição Justa. Aliás, este termo aparece, inicialmente, formulado pelo movimento trabalhista norte-americano na década de 1970 em resposta às políticas ambientais; mas foi somente após a década de 2000, que o conceito ganhou atenção internacional, quando o debate sobre a política de mudança climática entrou no *mainstream*.

4. OIT - Guidelines for a Just Transition towards environmentally sustainable economies and societies for all, 2015, acesso https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/publications/WCMS_432859/lang--en/index.htm.

É importante registrar o documento lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2015, que sistematiza e posiciona a perspectiva do trabalho no debate internacional sobre desenvolvimento sustentável.⁴

Na época em que o Acordo de Paris estava sendo negociado, a Transição Justa era um objetivo-chave dos sindicatos internacionais, apoiado por um amplo conjunto de ambientalistas. O conceito acabou por ser incluído no Acordo nos seguintes termos: “Tendo em conta os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade, de acordo com as prioridades de desenvolvimento nacionalmente definidas”.

Estas formulações sobre Transição Justa entendem que toda sociedade deve estar envolvida com a transição e não só aqueles segmentos que serão impactados. Neste sentido, a TJ é vista como uma oportunidade para que as economias, regiões, setores, empresas e trabalhadores enfrentem as mudanças estruturais em curso, não só em relação ao clima, mas também pelos desafios trazidos pela digitalização, urbanização, individualização e demografia. Requer, portanto, a cooperação e a colaboração entre trabalhadores, sindicatos, empregadores, comunidades, famílias e todos os níveis de governo.

Desta forma, a Transição Justa não é vista apenas como a mitigação de problemas loca-

lizados, mas é entendida como um impulso para mudar o modelo de desenvolvimento: explorar as oportunidades de novos empregos de qualidade/sustentáveis/verdes; impulsionar o crescimento econômico no curso de uma produção neutra em termos de emissão de carbono; e, fortalecer a capacidade de competitividade, inovação e o desenvolvimento das cadeias produtivas de valor.

Estes objetivos só podem ser plenamente alcançados, evidentemente, se a TJ incorporar em seu processo e ações, princípios que garantam, entre outros: a equidade na distribuição dos custos, a participação dos atores sociais, o amplo diálogo social, o respeito aos direitos fundamentais do trabalho, a inclusão da população vulnerável/marginalizada/tradicional, a dimensão de gênero, o respeito à cultura, a promoção de mudanças estruturais, a conexão entre o desenvolvimento social e ambiental, o acionamento de políticas públicas e o reconhecimento de que não há solução universal para todas as situações (cada caso é um caso).

As referências internacionais devem ser emolduradas à luz de cada experiência nacional. O Brasil, por exemplo, não tem uma cultura de diálogo social entre os atores sociais, tal qual se observa em boa parte dos países europeus. Por aqui, o conflito é entendido como uma anomalia a ser interdita e os arranjos legais e os mecanismos de regulação não impulsionam o debate e a construção de consensos.

Decorre desta constatação, a urgência em se construir um processo nacional de TJ, com clareza dos contornos de seu entendimento e alcance, inclusive realizando adaptações e incorporando inovações que garantam maior segurança jurídica, equidade e legitimidade social para os seus propósitos. A redução das desigualdades sociais deve sustentar todo processo de Transição Justa.

Mobilização e participação dos atores sociais

Um dos aspectos centrais para a garantia de um processo de Transição Justa diz respeito ao envolvimento dos atores sociais. A desativação e/ou transformação de uma atividade mexe com uma rede complexa de interesses, muitos deles historicamente e culturalmente atrelados às comunidades.

Um ponto de partida para a TJ é conhecer e mapear previamente os diferentes atores sociais envolvidos e seus interesses declarados ou não; mas, não basta somente saber quem são e o que pensam, o fundamental é envolvê-los ativamente no debate e nas formulações para uma transição em que se sintam representados.

As experiências mostram que a participação tem maior sucesso na medida em que os processos de construção do diagnóstico e das alternativas de desenvolvimento local sejam compartilhados e os trabalhadores e comunidade se reconheçam nos

Planos de Ação. Quanto mais concretos e factíveis são os planos anunciados, maior é a adesão dos trabalhadores e da comunidade.

Acordos pactuados

Uma vez consolidados os espaços de diálogo e pactuação com os atores sociais, os resultados daí advindos têm sido materializados em acordos com diferentes níveis de abrangência, podendo ser nacionais, regionais, locais e, algumas vezes, bilaterais, como no caso de acordos/convenções coletivas celebrados entre empresas e sindicatos de trabalhadores. Alguns acordos são celebrados com perspectiva internacional, sobretudo quando envolvem empresas multinacionais.

O conteúdo desses acordos varia em razão do objeto e nível de abrangência, podendo estabelecer compromissos, como por exemplo: demissão zero, direito de preferência a novos empregos, geração de empregos decentes e de acordo com os desejos da comunidade, cumprimento das metas climáticas, proteção social aos afetados, investimentos federais, garantia nos preços de energia, acionamento de políticas públicas (emprego, previdência, qualificação, saúde, entre outras), monitoramento dos resultados, diálogo social permanente, garantia dos direitos sindicais, garantia de renda, antecipação de aposentadorias, criação

de instituições (observatório nacional, centro regional de transição justa) e/ou espaços permanentes de negociação (mesas), entre outros.

Compreendendo a realidade local

A história de uma determinada atividade a ser transformada está ligada à história das comunidades em suas diferentes dimensões: econômica, social, cultural e ambiental. Para se chegar a acordos de transição é fundamental desenvolver métodos de escuta e captação da realidade local, por meio de diagnósticos para elaboração de alternativas.

Não existe uma abordagem de tamanho único para todas as regiões, daí a importância de um processo bem planejado para a realização do diagnóstico e da pesquisa, que possa dimensionar os diferentes contextos da realidade.

As experiências internacionais avaliadas indicam previamente alguns desafios a serem enfrentados do ponto de vista do mercado de trabalho: 1) os empregos gerados em setores com alta emissão de carbono, via de regra são melhor remunerados que a média dos empregos em outros setores da mesma região e normalmente com maior proteção social; 2) o quantitativo de empregos diretos não é muito expressivo em relação ao total das ocupações; e, 3) há limitações estatísticas para mensuração dos empregos indiretos gerados pela atividade que se pretende transformar.

Todos estes fatores acabam criando barreiras para abertura do debate sobre a necessidade e as condições da transição.

Planos de desenvolvimento, políticas públicas e financiamento

Um dos resultados esperados do diagnóstico e da pesquisa é que sirva de subsídio para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local, que garanta um processo de Transição Justa para as comunidades afetadas.

Além disso, cabe aos Planos propor medidas de mitigação e recomendações de ações que maximizem os benefícios produtivos, trabalhistas e socioambientais desses territórios. Em quase todas as experiências analisadas, os Planos trouxeram novas bases para a configuração produtiva das regiões afetadas, diversificando o perfil da estrutura econômica e social. Neste contexto, é importante registrar a implementação de políticas direcionadas para grupos marginalizados e vulneráveis, historicamente excluídos do processo produtivo, como as populações tradicionais, pessoas com deficiência, indígenas, mulheres, negros, jovens, idosos e LGTB, entre outros. Nesta direção, as experiências internacionais de TJ indicam a importância das políticas públicas para viabilizar os Planos de Desenvolvimento.

Com relação aos mecanismos de financiamento, as experiências indicam que estes têm sido um fator-chave para a garantia de sucesso nos processos de Transição Justa. Não basta indicar para as comunidades o que pode ser feito; devem, sobretudo, ser apresentados os caminhos de como será feito. Mostrar, junto com o Plano de Desenvolvimento, as possibilidades de financiamento é um grande passo para garantir os compromissos dos atores sociais em torno das alternativas.

Resultados alcançados

Com relação ao mercado de trabalho, os avanços mais evidentes nas experiências internacionais analisadas indicam a recolocação parcial de trabalhadores impactados (inclusive terceirizados), a geração de empregos verdes/sustentáveis, a aposentadoria antecipada para trabalhadores e a extensão de seguro-desemprego, entre outros. Entretanto, é importante destacar que permanecem as preocupações em relação à qualidade, à remuneração e às condições de trabalho no novo posto gerado pela transição; assim como, a pouca abrangência de políticas afirmativas para os grupos vulneráveis das regiões impactadas.

Com relação aos aspectos sociais, podem ser destacados os benefícios à saúde (redução de mortes e hospitalizações por conta da contaminação); o envolvimento sindical nas questões

relacionadas à mudança climática; a concessão de bolsas de estudos para comunidade; a articulação entre diferentes atores sociais e a criação de organizações que monitoram os processos de TJ como Centros Regionais de Transição Justa e Observatórios; e, o fortalecimento do diálogo social por meio dos diferentes acordos que foram pactuados. Com relação às experiências analisadas, foi registrada pouca cobertura dos programas de garantia de renda frente às necessidades das comunidades afetadas.

No alcance das questões ambientais, é importante destacar a redução dos níveis de poluição atmosférica, a redução na emissão dos GEE e o crescimento da participação das fontes renováveis na matriz energética, como a eólica e a solar.

Para a economia, vislumbram-se melhorias na competitividade, decorrente da maior eficiência da nova matriz energética com base nas renováveis e no crescimento do PIB decorrente dos novos investimentos, e o fortalecimento de programas de desenvolvimento tecnológico para a sustentabilidade.

Lições aprendidas e recomendações

A seguir, foram organizadas algumas das recomendações, relacionadas ao mercado de trabalho e ao papel dos sindicatos, encontradas nos estudos analisados dos processos de transição no Canadá, Ale-

manha, Espanha e Chile e que não constavam inicialmente no planejamento das ações previamente estabelecidas. Certamente, podem servir de alerta e referência para aqueles países, como o Brasil, que já começam a estruturar planos de Transição Justa.

Mercado de trabalho

- 1)** Desenvolver um programa de aposentadoria antecipada, no âmbito da previdência social, para trabalhadores que se aposentarão antes do planejado no encerramento de atividades.
- 2)** Criar um inventário detalhado e disponível, publicamente, com informações do mercado de trabalho, relativas aos trabalhadores que serão impactados pela transição, como perfis de habilidades, dados demográficos, localizações e empregadores atuais e potenciais.
- 3)** Estabelecer um programa de financiamento abrangente para os trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho para atender às suas necessidades em todos os estágios de obtenção de um novo emprego, incluindo suporte de renda, educação e desenvolvimento de habilidades, reemprego e mobilidade.
- 4)** Investir na geração de empregos verdes/sustentáveis decentes, vinculados a inovações tecno-

lógicas, o que resulta em novos setores econômicos robustos.

5) Ofertar cursos de requalificação e educação nas comunidades onde estão os trabalhadores e, preferencialmente, antes de serem demitidos.

6) Expandir as políticas de transição justa para aplicar a todos os trabalhadores das comunidades afetadas, e não só para os trabalhadores da atividade em transição, tem sido uma solução mais adequada na perspectiva de equidade social.

7) Corrigir desigualdades estruturais no mercado de trabalho e na economia em geral deve ser um dos princípios da justiça social, uma transição justa não se completa e não combaterá a desigualdade sem que sejam desenvolvidas políticas específicas para os trabalhadores marginalizados do processo.

8) Assegurar a qualidade do novo emprego gerado nos setores a serem incentivados, para que garantam padrões de trabalho equivalentes ou melhores aos dos setores desativados. Lutar por melhores condições de trabalho, pela constituição de conselhos de empresa e acordos coletivos de trabalho com acompanhamento sindical.

Papel dos sindicatos

9) Trabalhar, junto com outras entidades sindicais, para influenciar o progresso social e econômico. A base da cooperação é a concepção compartilhada para alcançar uma indústria sustentável e de alto desempenho em uma sociedade solidária.

10) Defender fortes intervenções sociais, como aspectos complementares de uma economia mais sustentável, garantindo os direitos dos trabalhadores e os meios de subsistência das pessoas e regiões afetadas.

11) Denunciar práticas antissindicais por parte das empresas dos novos setores impulsionados pela transição e que lutam contra os sindicatos. Code-terminação, acordos coletivos de trabalho e condições dignas de trabalho são as respostas para maior satisfação profissional dos trabalhadores e maior competitividade das novas indústrias.



AS MUDANÇAS DO SETOR ENERGÉTICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rodrigo Leão¹
William Nozaki²
Ana Carolina Chaves³
Henrique Jager⁴



1. Rodrigo Leão, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), economista, doutorando em economia política internacional (IE/UFRJ).

2. William Nozaki, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), cientista político, doutorando em desenvolvimento econômico (IE/UNICAMP).

3. Ana Carolina Chaves Católico, pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), engenheira de petróleo, doutora em energia e meio ambiente (COPPE/UFRJ).

4. Henrique Jager, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), economista.

Introdução

Nos últimos anos, o setor energético do Rio Grande do Norte (RN) tem vivenciado um conjunto de aceleradas mudanças. De um lado, observam-se desafios como o encolhimento do setor de óleo e gás, com o declínio da produção dos campos maduros, processo acelerado pela saída dos investimentos da Petrobras da região. Por outro, apresentam-se as oportunidades emergentes, com o avanço do setor de energias renováveis, com destaque para a energia eólica e solar.

Tais mudanças repercutem, frontalmente, com o mercado de trabalho, do ponto de vista da geração de emprego, do salário, da qualificação, da segurança, da saúde, além dos impactos sobre a representação sindical e o desafio para a construção de acordos coletivos.

Entretanto, tendo em vista que o Rio Grande do Norte é governado por forças políticas progressistas e preocupadas com o desenvolvimento energético da região, o estado encontra-se diante de um cenário de possíveis diálogos para a construção de instrumentos favoráveis à uma transição energética justa para os trabalhadores.

Posto isto, o presente texto tem como objetivo central realizar um levantamento geral dos cenários, atores e impactos que podem ser mobilizados para a consolidação do processo de transição energética no estado do Rio Grande do Norte.

A Matriz Energética do Rio Grande do Norte

Segundo o IBGE (2019), a economia do Rio Grande do Norte responde por cerca de 7% do PIB da Região Nordeste e 1% do PIB do Brasil. Dentre as atividades industriais desenvolvidas no estado, resalta-se a importância da exploração e produção de petróleo e derivados.

Em 2019, a matriz elétrica era composta por 89% de participação de energia eólica, seguida pela geração de energia termelétrica com 10% de participação, e pela geração de energia solar com 2%. Diferentemente da matriz brasileira, caracterizada pela grande participação da energia hidrelétrica, a região Nordeste e o estado do Rio Grande do Norte apresentam a maior parte de sua geração oriunda da fonte eólica.

Atualmente, o estado do Rio Grande do Norte se consolida como o maior gerador de energia eólica do país, apresentando inúmeros projetos em funcionamento e novos projetos ainda em fase de implantação ou planejamento. O estado também dispõe de experiências nos segmentos de biocombustíveis, em

especial o biodiesel, que merecem uma observação mais acurada, o mesmo vale para o biogás.

Desde 2007, a energia eólica começou a ser instalada no Rio Grande do Norte, conquistando uma posição de destaque na matriz energética do estado. Em junho de 2020, a potência contratada de energia eólica foi de 2.883 MW, crescimento de 30% em relação a 2019. A maioria das usinas eólicas em operação está localizada na região imediata de João Câmara, local de maior potência instalada destas usinas, com 29 unidades; seguido dos municípios de Parazinho (22) e Serra do Mel (19). As demais eólicas estão nas regiões imediatas de Açu, Currais Novos, Natal e Mossoró.

As principais áreas promissoras para energia eólica estão localizadas na região Nordeste, Litoral Norte-Noroeste e Serras Centrais. Até 2023, é prevista a expansão da energia eólica com cerca de 50 novos parques, com investimentos superiores a R\$ 4 bilhões. Alguns exemplos de projetos de energia eólica a serem instalados na região são: o Complexo de Jandaíra, o Complexo de Gameleira, o Centro Mundial de operações de turbinas eólicas, o Projeto de Caucaia e o Parque Eólico de Mangue Seco.

Ademais, um novo marco regulatório, que pode viabilizar a exploração de energia eólica *offshore*, está em elaboração, por meio do projeto de lei que surgiu como resultado da Comissão Temática criada em 2017 e liderada pelo Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia

(CERNE). No Rio Grande do Norte, existem alguns projetos de parque eólico *offshore*. A Petrobras apresenta a previsão de energia eólica *offshore* com equipamentos para medir o potencial de geração a cerca de 20 km da costa de Guamaré, em uma região com lâmina d'água média entre 12 e 16 metros. De acordo com os dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o estado do Rio Grande do Norte possui uma projeção de crescimento do parque eólico e de geração de energia eólica *offshore* de aproximadamente 187 empreendimentos, totalizando 5.127 MW.

Um ponto que merece destaque no segmento de energia eólica do Rio Grande do Norte é a dispersão geográfica das montadoras e fabricantes de grandes componentes e as longas distâncias entre as fábricas da Região Nordeste e os fornecedores de subcomponentes e insumos concentrados no Sudeste. Desta forma, em função do grande número de parques instalados e a instalar unidades eólicas, o Rio Grande do Norte teria potencial para o desenvolvimento de aglomerações produtivas, prejudicada devido à precariedade da infraestrutura portuária e dificuldades logísticas. Com exceção da fábrica móvel de torres de concreto da Wobben, o estado não tem fabricantes instalados. Entretanto, o desafio pode também indicar a oportunidade para a instalação de novos fornecedores nos aglomerados do Nordeste e também no Rio Grande do Norte.

No segmento de energia solar, o estado apresenta um grande potencial em função da proximidade dos trópicos e da grande radiação solar. Atualmente, o estado tem nove unidades de energia solar em operação, totalizando uma potência outorgada com cerca de 1,2 GW. Em 2016, entrou em vigor a Resolução Normativa nº 687/2015, incorporando novos benefícios, a fim de ampliar o público-alvo. A partir de então, verificou-se uma explosão no número de unidades de micro e minigeração de energia fotovoltaica em todo o Brasil. Enquanto, em 2016, o Rio Grande do Norte possuía 1.323,6 kW de geração distribuída; em 2019, esse valor passou para 38.172,7 kW e 2.529 unidades de micro e minigeração. Somente em 2020, verifica-se um aumento de 203% da potência instalada, em relação a 2019. Ademais, existe a previsão de instalação de dois parques de energia solar em até seis anos e de operação até janeiro de 2025.

O Rio Grande do Norte ocupa a sexta posição na geração centralizada de energia fotovoltaica, contando com um volume de investimentos de R\$ 2 bilhões nos próximos três anos, que acrescenta 943 MW de potência instalada, distribuída em 25 empreendimentos. Já em relação à energia distribuída, o estado ocupa a 16ª posição, com 1,9% da produção nacional. O Rio Grande do Norte está vivenciando um processo acelerado de crescimento na geração de energia distribuída

por meio de placas fotovoltaicas, principalmente entre os consumidores cativos. Atualmente, as placas fotovoltaicas representam 92% da geração distribuída.

O município que apresenta maior potência instalada é Natal, seguido de Mossoró. A maior parte da potência instalada no estado destina-se ao uso comercial (51%), residencial (32%) e industrial (7%). A modalidade de geração na própria unidade consumidora corresponde a 89%.

Por fim, em relação à biomassa, apesar do Rio Grande do Norte apresentar grande disponibilidade de biomassa de bagaço de cana, o estado possui apenas três unidades de usina de biomassa em operação, totalizando uma potência outorgada de 62 MW.

Novos parques eólicos e plantas de energia solar fotovoltaica estão em fase de construção no estado, com investimentos previstos de R\$ 1,1 bilhão. A expectativa é de que eles comecem a gerar energia em janeiro de 2025, com potência instalada de 161,8 MW na matriz eólica e de 80 MW na matriz solar. Neste sentido, ressalta-se que o Rio Grande do Norte ficou na 2ª posição como o estado a ter mais contratos assinados no leilão para geração de energia, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no dia 18 de outubro de 2020. Além disso, o estado possui uma legislação favorável à geração distribuída e potencial de ins-

talação de parte da cadeia produtiva industrial de equipamentos voltados para energia solar e eólica e potencial de geração distribuída em hotéis, shoppings, condomínios e residências.

A indústria de petróleo e gás

A indústria de petróleo no Rio Grande do Norte pode ser caracterizada como altamente verticalizada, com destaque para a produção de petróleo *onshore* e *offshore* e a atuação da Petrobras. Nos 64 anos de atuação no estado, a Petrobras desenvolveu uma ampla infraestrutura de produção, escoamento, refino e distribuição de petróleo e, mais recentemente, de gás natural e outras fontes de energia, como a eólica. Além disso, o segmento conta com uma extensa malha de oleodutos e gasodutos de transferência. Desta forma, pode-se dizer que a empresa contribuiu fortemente para o desenvolvimento econômico do estado e para a autossuficiência do mesmo em petróleo, gás natural, derivados de petróleo e energia elétrica.

O início da atuação da Petrobras no estado do Rio Grande do Norte remonta ao ano de 1956, e aconteceu por meio da perfuração dos primeiros poços em terra (*onshore*) à procura de petróleo. Embora seja posterior à produção *offshore*, a produção em terra cresceu exponencialmente, tornando o Rio Grande do Norte o principal estado produtor de petróleo *onshore* do país. Em

1998, o Rio Grande do Norte já era considerado a segunda unidade da federação em termos de produção total de petróleo.

Em 1988, o estado respondeu por cerca de 13% da produção nacional de petróleo, marcando o auge da produção no Rio Grande do Norte, com cerca de 90 mil barris diários. Desde então, a produção tem caído anualmente, atingindo 33 mil barris/dia, em 2019. Nesse mesmo ano, a região Nordeste registrou uma queda de 9,5% na produção anual de gás natural. Apesar disso, o Rio Grande do Norte se mantém como o principal estado produtor de petróleo *onshore* do país. Nota-se um crescimento de 91,6% na produção de gás natural nesta região, entre 2010 e 2019. Entre 2010 e 2014, a produção quase triplicou; e, a partir de 2015, observou-se uma tendência à redução na produção.

Para além do passado, estudos geológicos apontam para a probabilidade de existência de gigantescos reservatórios de petróleo e gás natural em águas profundas da bacia continental do estado e, também, para o potencial de aumento da produção em terra por meio do crescimento do Fator de Recuperação (FR), que no estado é abaixo da média nacional. Todavia, tanto a prospecção de petróleo no mar, quanto o aumento do FR dos campos terrestres exigirão altos investimentos, o que gera incertezas diante da decisão da Petrobras de encerrar suas atividades no estado e do perfil das empresas que vêm adquirindo os ativos da es-

tatal brasileira no Rio Grande do Norte, sobretudo de médio e pequeno porte, sem experiência prévia no setor e com baixo grau de capitalização.

Atualmente, o Rio Grande do Norte representa cerca 1,37% da produção nacional, sendo a maior parte dos campos em produção classificados como campos maduros, em operação há 30 anos ou mais. Em 2020, o estado apresentava 96 campos em produção, sendo 10 campos no mar, com 72 poços produtores, e 86 campos em terra com 3.443 poços produtores. Os principais campos produtores são: Canto do Amaro, Estreito, Alto Rodrigues e Fazenda Pocinho. Quanto ao gás natural, em 2010, 71% do gás explorado era categorizado como não associado e 29% como associado. No que diz respeito às reservas provadas de petróleo, a maior parte é caracterizada como óleo leve (49%), seguida do médio (37%) e do pesado (14%).

As atividades de Exploração e Produção (E&P), no estado do Rio Grande do Norte geram receita suplementar com o pagamento dos *royalties* para o estado, municípios e proprietários da terra. Desta forma, verificam-se efeitos diretos e indiretos do setor na dinâmica econômica e financeira do estado, assim como o *boom* da indústria de construção civil, e no segmento de fornecedores de bens e serviços. Dos 167 municípios que compõem o estado do Rio Grande do Norte, 98 recebem *royalties*.

Infraestrutura de transporte e distribuição

O Rio Grande do Norte possui a 5ª maior malha de gasodutos de distribuição e a 2ª maior de gasodutos de transporte da Região Nordeste. Os gasodutos de transporte existentes no estado apresentam 869,2 km de extensão e representam 9,2% da malha de transporte nacional e 27,8% da malha nordestina. Todos os gasodutos de transporte do estado são operados pela Transpetro e estão sob o controle da empresa francesa Engie, por meio da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), são eles: Gasfor (382 Km), que interliga Guimarães (RN) e Pecém (CE); Nordestão (424 Km), conexão Guimarães (RN) e Cabo (PE); e, Açú-Serra do Mel (32 Km), que interliga Gasfor e a Usina Termelétrica Jesus Soares Pereira.

Os gasodutos de distribuição apresentam 441,7 km de extensão e são controlados pela empresa Potiguar de Gás (POTIGÁS), representando 1,2% da malha nacional e 16,8% da malha nordestina. Entre 2017 e 2019, a malha de gasodutos de distribuição registrou uma ampliação de 8,7%. Ressalta-se que o estado não possui terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) e não há previsão de implantação. A POTIGÁS, empresa de economia mista entre o Rio Grande do Norte e a Petrobrás Gás S/A (Gaspetro), é a responsável exclusiva pela distribuição de gás do estado. A companhia fornece gás natural para os segmentos: industrial, transporte, comércio e residencial.

Processamento e refino

No Rio Grande do Norte, as unidades de processamento do estado estão localizadas no município de Guimarães. A Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Guimarães tem capacidade de processamento equivalente a 5,7 milhões de m³/dia, a 6ª maior do Brasil. Em 2018, o volume de gás natural processado foi de 485 milhões de m³.

No que diz respeito ao refino, a Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC), localizada no município de Guimarães, é a única refinaria do Rio Grande do Norte. A unidade recebe toda a produção dos campos marítimos e terrestres da Bacia Potiguar (RN e CE) e tem como principais consumidores os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Entre 2010 e 2019, a capacidade de refino da RPCC aumentou 64%, enquanto a nacional subiu 15%. A RPCC responde por 1,85% da capacidade de refino do Brasil.

O Rio Grande do Norte é o único estado do país autossuficiente em derivados de petróleo. No entanto, estimativas da Empresa de Pesquisa Energética - EPE apontam para um déficit no fornecimento de derivados de petróleo na Região Nordeste. Um dos principais usos finais da produção de E&P na região são as usinas termelétricas.

No Rio Grande do Norte, dentre as usinas térmicas, 63,01% são a gás natural, 26,06% a óleo diesel e 10,93% a bagaço de cana. A maior parte das UTE estão localizadas no município de Natal. Dentre as termelétricas existentes no estado, destaca-se a UTE Jesus Soares Pereira (TERMOAÇU).

Estratégias de Desinvestimento da Petrobras

Em 2018, teve início o processo de venda de campos terrestres de petróleo por parte da Petrobras no Rio Grande do Norte; o processo acentuou-se ao longo de 2019 e, em agosto de 2020, a empresa comunicou ao mercado que estava colocando à venda boa parte do restante dos seus ativos no estado, o que inclui a refinaria, as UPGNs e seus terminais, e alguns blocos na plataforma continental. A expectativa é que a companhia termine de vender estas unidades em, no máximo, dois anos.

A estratégia recente da Petrobras, envolvendo a redução do escopo, desverticalização e concentração de suas atividades nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com foco na produção de petróleo e gás natural na província do pré-sal, tem provocado grandes impactos na economia nacional; e, o estado do Rio Grande do Norte é um dos mais afetados por esse processo.

As incertezas geradas por esse movimento colocam os atores políticos do Rio Grande do Norte em estado de atenção, com adoção de estratégias distintas: 1) resistência contra a fuga da Petro-

bras do estado; e, II) busca de um caminho para retomar o protagonismo do segmento de óleo e gás na economia potiguar.

Desde os anos 2000, empresas de petróleo privadas de médio e pequeno porte, de capital nacional ou internacional, estão presentes no segmento de E&P de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte, nos segmentos *onshore* e *offshore*. Entre a 1ª e a 16ª rodada de licitação de blocos para E&P, as empresas privadas nacionais e internacionais adquiriram 69% dos 182 blocos leiloados pela autarquia (*onshore* e *offshore*). Apesar desta presença e dos processos de desinvestimento, a Petrobras continua sendo a principal companhia produtora de petróleo e gás natural no estado.

Em dezembro de 2019, na Bacia Potiguar, existiam 21 blocos em fase de exploração, sendo 14 destes no mar e 7 em terra. A Petrobras é operadora em quatro destes blocos em fase de exploração, todos no mar. No que diz respeito aos campos em fase de desenvolvimento, existiam nove campos, sendo seis em terra e três no mar, com a Petrobras operando cinco campos, dois em terra e três no mar. Por fim, para os campos em fase de produção, existiam 96 campos, sendo 10 no mar e 86 em terra, no qual a Petrobras é a operadora em 44 destes, sendo 10 no mar e 34 em terra.

Potencial de geração de empregos do setor energético

Em 2020, em todas as escalas analisadas, a porcentagem de desocupados aumentou significativamente, em relação a 2019. Nas atividades de geração e produção de energia elétrica e biomassa, as curvas de empregos formais apresentaram uma trajetória geral de crescimento; enquanto que, a energia eólica, após grande crescimento e pico no ano de 2015, vem registrando queda no número de empregos formais. Ao se observar a evolução do emprego formal do setor da construção civil, observa-se uma redução em nível nacional, regional e no próprio estado do Rio Grande do Norte.

No que diz respeito à estrutura sindical, no Rio Grande do Norte foi identificada a existência de 270 sindicatos de trabalhadores; dentre eles, 152 são urbanos e 118 rurais. Dos urbanos, 32 contam com organizações de funcionários públicos; e, entre os rurais, 107 são de trabalhadoras e trabalhadores rurais, 10 são de trabalhadoras e trabalhadores da agricultura familiar e um é de pesca. Os sindicatos de trabalhadores afins ao tema de energia mapeados são: Sindicato dos Trabalhadores de Energia (SINTE), Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN), Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais; Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores na Agricultura Familiar; Sindicato

Intermunicipal dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRACOMP), Sindicato dos metalúrgicos de Natal e região; Sindicato dos metalúrgicos de Mossoró e região, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro (SindHoteleiros RN).

Os grandes investimentos no setor eólico, nas regiões Nordeste e Sul, podem ser analisados a partir de três efeitos: I) efeito direto - impacto nos setores ligados ao investimento, inclusive o segmento de reparo e manutenção; II) efeito indireto - impacto nos setores que produzem os insumos para suprir as necessidades dos setores diretamente afetados; e III) efeito renda - impacto no consumo de bens e serviços pelas famílias, em função da aceleração econômica propiciada pelo investimento.

Entre 2007 e 2017, o setor eólico apresentou cerca de R\$ 20 bilhões em investimentos diretos, R\$ 7 bilhões em compras locais e R\$ 2,5 bilhões em impostos gerados. Além disso, destaca-se a capacidade de dinamização dos arranjos produtivos locais com a implantação dos parques eólicos nos segmentos de hotelaria, alimentação, infraestrutura e rodoviário. No que diz respeito à geração de emprego, cada MW/hora de expansão da cadeia eólica implica na geração de 15 empregos. A maior parte das usinas eólicas não adquire as terras utilizadas para implantação das turbinas. As terras são arrendadas, o que gera uma renda anual para os proprietários.

Em linhas gerais, para cada MW/hora instalado de energia solar são criados de 25 a 30 empregos diretos, em média. Entre as principais ocupações estão os projetistas, engenheiros, técnicos, instalação, elétrica e manutenção. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica estima que o Brasil tenha potencial para gerar 672 mil empregos no segmento de micro e minigeração de energia fotovoltaica, até 2035. No entanto, uma das premissas para a geração dos postos de trabalho é a manutenção das regras de geração distribuída (consumidor produz a própria energia).

No setor de petróleo e gás, nota-se a redução no número de empregos formais, a partir de 2012, com leve retomada de crescimento em 2017. Apesar disso, o número de empregos formais, neste segmento, é muito superior aos empregos dos demais setores analisados.

A decisão da estatal brasileira de sair do Rio Grande do Norte, na verdade não só deste estado, mas de praticamente todo o Brasil, vem despertando comportamentos antagônicos em diversos setores da sociedade potiguar. De um modo geral, estes comportamentos podem ser divididos em dois grupos:

O **primeiro grupo** enxerga, nesse processo, um movimento inevitável de esvaziamento do segmento na economia do estado, com impactos negativos no nível da atividade econômica, na renda

suplementar dos entes federativos e na qualidade dos postos de trabalho do setor. Esta visão é compartilhada pelo movimento sindical, por setores do empresariado local e por membros da comunidade acadêmica. No posicionamento do movimento sindical, soma-se a luta contra a privatização dos ativos da Petrobras no estado, a pauta pela revitalização da indústria petrolífera no Rio Grande do Norte e a luta contra a precarização das relações de trabalho.

O **segundo grupo**, formado majoritariamente por segmentos do empresariado local e pela antiga oligarquia que controlava o estado, vislumbra, na saída da Petrobras, a possibilidade de retomada dos investimentos no segmento de E&P e a reversão do declínio na curva de produção de petróleo e gás natural, com o setor resgatando o protagonismo na economia do estado, observado no passado, só que em outras bases, se possível com a diminuição da renda suplementar paga aos entes federativos. A Resolução nº 04 do CNPE, de 04/06/20, autorizou a ANP a baixar os *royalties* de 10% para 5% para campos concedidos a empresas de pequeno ou médio porte, classificadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP. A ANP elaborou uma resolução e a colocou em consulta pública. A medida deve entrar em vigor em 2021.

No que diz respeito às mudanças no mercado de trabalho, a saída da Petrobras e o cres-

cimento dos setores de renováveis tendem a aumentar o número de empregos com relações precarizadas em comparação com as praticadas pela estatal brasileira; o que significa remunerações menores e condições de trabalho piores. Pelo que se pode observar do perfil das empresas que vêm adquirindo os ativos vendidos pela Petrobras até o presente momento - firmas pequenas, com pouco ou nenhuma experiência prévia na indústria do petróleo e descapitalizadas -, o cenário traçado pelo primeiro grupo é o mais provável de ocorrer.

A exploração em águas profundas na bacia continental, assim como o aumento do FR dos campos já em produção, exige conhecimento profundo das áreas e altos investimentos em tecnologia, o que pressupõe forte inversão de capital. Esse não é o perfil das empresas que estão entrando na indústria do petróleo no Rio Grande do Norte. A produção de petróleo e gás natural até tende a aumentar no curto prazo, dado o processo de quase abandono das áreas produtivas atuais, por parte da Petrobras. Mas esse processo não deve ter grande fôlego.

Ressalta-se que as unidades produtivas da Petrobras no Rio Grande do Norte são estratégicas e geram riqueza para a empresa, para os entes federativos e para a sociedade. Diante do cenário traçado, de provável acentuação da perda de

dinamismo da indústria do petróleo no Rio Grande do Norte, no médio/longo prazo, por conta do perfil das novas empresas que vêm se instalando no setor, não resta dúvida que a sociedade potiguar deveria se organizar em torno da luta contra a saída da Petrobras do estado. O setor petrolífero foi central na modernização da economia potiguar, na segunda metade do século XX, e tem potencial para liderar um novo ciclo; o que dependerá, sobretudo, da luta contra a saída da estatal brasileira do Rio Grande do Norte.

Principais oportunidades e desafios para o setor energético

O Rio Grande do Norte ocupa papel de destaque na produção nacional de energia a partir dos hidrocarbonetos, do vento e do sol. O setor de petróleo teve papel central no desenvolvimento da economia potiguar, principalmente no segmento industrial. Mesmo com a redução contínua da produção de petróleo no estado, a cadeia produtiva do petróleo responde, atualmente, por 40% da indústria no Rio Grande do Norte. Se confirmadas as estimativas de reservas petrolíferas na bacia continental potiguar (*offshore*), o setor deverá passar por um novo processo de expansão, com a geração de milhares de postos de trabalho.

Nos próximos anos, o estado vai passar por um forte crescimento na geração de energia por

meio de usinas eólicas e fotovoltaicas e pela expansão da geração distribuída por meio de placas fotovoltaicas. A previsão é de mais de R\$ 6 bilhões de investimentos em novas plantas e geração de milhares de empregos; no primeiro momento, na construção civil e, depois, na operação/manutenção das plantas.

O processo de relativo abandono da produção *onshore*, por parte da Petrobras, acompanhado por posterior privatização dos campos de produção, tende a impactar positivamente no emprego do setor, sem, contudo, recuperar a totalidade dos postos perdidos recentemente. Ademais, a qualidade dos empregos que vão ser gerados será pior que a observada no setor, até recentemente, principalmente no que se refere ao regime de trabalho, jornada e remuneração.

Internalizar a cadeia produtiva das energias fotovoltaica e eólica é um desafio para a região Nordeste e para o Rio Grande do Norte, em particular; e, pode contribuir para potencializar a geração de mais e melhores postos de trabalho. Existe o risco de reedição da guerra fiscal entre os estados, com o intuito de atrair investimentos de elos da cadeia produtiva de geração de energia.

Na cadeia produtiva do petróleo, na produção *onshore*, não há perspectiva de geração de muitos empregos; e, o principal desafio é manter a qualidade dos postos existentes. Se o preço do bar-

ril do petróleo se mantiver acima dos US\$ 70, as novas empresas operadoras devem aumentar o nível de emprego para acelerar a produção. Além disso, existe a possibilidade de redução dos *royalties*, o que também pode influenciar nesse processo.

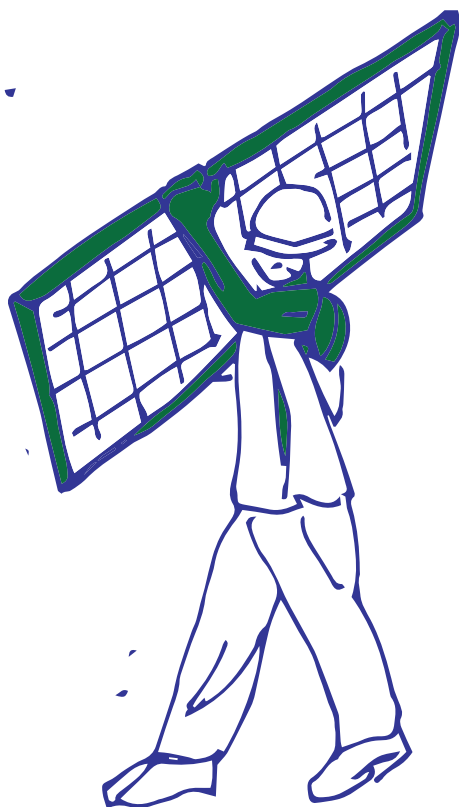
No segmento *offshore*, a depender de pesados investimentos em exploração, a concretização da estimativa de existência de reservas de mais de 4 bilhões de barris de petróleo pode provocar um novo *boom* da indústria do petróleo no Rio Grande do Norte, com potencial para geração de milhares de postos de trabalho diretos, indiretos e por conta do efeito renda.

Considerações Finais

O presente texto buscou apresentar um breve diagnóstico sobre o setor energético no estado do Rio Grande do Norte, destacando as mudanças recentes do setor e seus impactos no mercado de trabalho. Neste sentido, percebe-se a redução das atividades de P&G, o grande potencial de crescimento do setor eólico e solar e o processo de desinvestimento da Petrobras. As transformações em andamento nesse segmento estão provocando fortes impactos, não só na economia, mas na sociedade potiguar, como um todo.

Estas mudanças vêm mobilizando setores importantes do governo do Rio Grande do Norte e do empresariado local, com o intuito de criar as

condições para a expansão da indústria potiguar. O envolvimento crescente do governo do estado, assim como das lideranças empresariais locais, na discussão/organização do processo de expansão da geração de energia elétrica, a partir do sol e do vento, abre a possibilidade dos trabalhadores reivindicarem uma participação mais ativa nesse processo, apresentando seus interesses e buscando construir espaços de acordo que possibilitem o fortalecimento da representação sindical e a geração de mais e melhores postos de trabalho.



ENTREVISTA COM O SENADOR JEAN PAUL PRATES¹

“As ações, com vistas a fomentar uma economia de baixo carbono, precisam ser ambiciosas, porém centradas nas pessoas, a fim de garantir ganhos sociais significativos”



1. Senador Jean Paul Prates é advogado e economista, líder da Minoria no Senado Federal e tem sua carreira atrelada ao desenvolvimento sustentável, sendo um entusiasta das energias renováveis.

CUT Brasil/DIEESE - O enfrentamento das mudanças climáticas é uma agenda que deve ser tratada de diferentes perspectivas e nas diversas regiões. Na sua avaliação, quais deveriam ser as ações prioritárias para o Brasil, a região Nordeste e o Rio Grande do Norte?

—

Refrear as mudanças climáticas globais e ajustar-se aos seus desdobramentos são alguns dos maiores desafios da humanidade neste século. Apesar da contribuição para a solução de problemas históricos que o progresso econômico e científico trouxe, aumentando o nível de bem-estar da população, as consequências desse modelo de desenvolvimento são sensíveis, especialmente, na área ambiental. Progressivamente, a sociedade global depende da geração de eletricidade, do transporte de passageiros e mercadorias e da produção de alimentos; e, todas essas atividades implicam na emissão de gases de efeito estufa (GEE), que contribuem para a elevação da temperatura global.

Diante desse contexto, e acrescentando-se a preocupação do Brasil com a diminuição da oferta futura de combustíveis fósseis, representantes de diversos governos e, mais recentemente, da iniciativa privada, têm buscado incentivar a ampliação das fontes renováveis de energia, com destaque para as energias eólica e solar.

Com relação ao estado do Rio Grande do Norte, apesar do país possuir uma matriz elétrica predominantemente limpa e renovável, o governo está comprometido

do com o desenvolvimento de novas fontes renováveis de energia, sendo bem evidentes as políticas adotadas nos últimos anos, com o intuito de expandir a geração de energia eólica.

Para seguirmos avançando no desenvolvimento de fontes de energia renováveis é preciso priorizar incentivos como as políticas públicas de contratação de energia - as chamadas políticas de estruturação de mercado - e as políticas que estimulam o aumento da competitividade de curto e longo prazos da tecnologia, com ênfase para as isenções fiscais, os incentivos financeiros e para as políticas tecnológicas.

CUT Brasil/DIEESE - A transição energética aponta para o crescimento das energias renováveis (eólica e solar) na matriz energética do Brasil e o Rio Grande do Norte tem se destacado enquanto produtor de energia eólica. Por outro lado, a energia solar ainda representa uma parcela pequena na geração de energia no país e mesmo na região Nordeste (cerca de 2% no Rio Grande do Norte). Que políticas públicas deveriam ser acionadas pelo governo nos níveis local e nacional para fortalecer esta transição?

De fato, o Rio Grande do Norte encontra-se em situação de destaque no cenário nacional de produção de energia renovável. Recentemente, o nosso estado atingiu a

marca histórica de cinco gigawatts (GW) em potência instalada de energia eólica. Sempre identifiquei esse grande potencial no Rio Grande do Norte, inclusive trabalhei para a criação de uma Secretaria Extraordinária, na administração estadual, focada em dar partida no aproveitamento desse potencial. Hoje, temos 177 usinas eólicas em operação, 33 em fase de construção e mais 84 projetos contratados com construção ainda não iniciada. Mais de 15 mil empregos diretos e indiretos foram gerados.

Falta replicar essa autossuficiência que gozamos na produção de energia eólica também na geração de energia solar. Banhado pelo sol por quase todos os dias do ano, o estado tem grande potencial para a geração de energia fotovoltaica e, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, o setor cresceu 175% na comparação entre 2019 e 2018; e, estima-se que, em 2040, a energia solar compreenda 32% da matriz energética brasileira. Estamos estudando ainda mecanismos para o fortalecimento da exploração da energia *offshore*, e até o aproveitamento do chamado “Hidrogênio Verde”. Estamos na vanguarda e continuaremos nessa posição.

CUT Brasil/DIEESE - A cadeia produtiva da energia eólica indica ainda uma elevada dependência externa das tecnologias para produção de equipamentos. Há potencial para o desenvolvimento de programas com conteúdo local? Como assegurar uma maior geração de empregos e renda no Nordeste incentivando a produção de energia eólica?

—

O desenvolvimento de uma indústria eólica sólida economicamente passa necessariamente pela construção de uma cadeia produtiva forte e bem estruturada, seja em instalação *onshore* (em terra) ou *offshore* (no mar). Afinal, a cadeia de bens e serviços para a produção de energia eólica é sofisticada e composta por matérias-primas, fabricação de componentes, manufatura de aerogeradores, desenvolvimento de projetos, construção, operação e manutenção de parques, dentre outros.

O grande desafio da cadeia produtiva brasileira é se manter sustentável e competitiva frente às eventuais oscilações de demanda e à concorrência internacional. Políticas energéticas e industriais integradas e bem desenhadas têm muito a contribuir nesse sentido. Questões como o aumento de eficiência produtiva e da competitividade da indústria, inclusive para exportação, juntamente com a manutenção de um mercado estável e de porte, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, são temas que necessitam de atenção e planejamento de governos, instituições e empresas.

CUT Brasil/DIEESE - Alguns países que vêm enfrentando a transição dos combustíveis fósseis para energias limpas, não têm assegurado a mesma qualidade de emprego aos/às trabalhadores/as impactados/as pela transição. Como garantir que esta transição sustente a geração de empregos e de empregos decentes?

—

As ações, com vistas a fomentar uma economia de baixo carbono, precisam ser ambiciosas, porém centradas nas pessoas, a fim de garantir ganhos sociais significativos através dos chamados “empregos verdes”. É preciso que haja coerência entre a salvaguarda de direitos, em especial trabalhistas, e a promoção de políticas macroeconômicas, industriais, sociais e trabalhistas. Os empregos certamente vão mudar; e, estamos criando arranjos produtivos que vão precisar de mão de obra com bons empregos.

CUT Brasil/DIEESE - A desigualdade social é a principal chaga da sociedade brasileira. Como combater a desigualdade social através de políticas ambientalmente sustentáveis?

—

Muita gente até já ouviu falar de ESG, mas tem dúvidas sobre a real importância ou até mesmo sobre qual é o significado da sigla. Composta pelas iniciais, em inglês,

de Ambiental, Social e Governança (ASG), os três pilares devem guiar as políticas de sustentabilidade das corporações e dos governos. Muitas empresas e governos já perceberam como é importante aliar sustentabilidade ao combate às desigualdades sociais.

Infelizmente, no Brasil, essa perspectiva não encontrou tração no atual governo, por razões que me parecem óbvias. Essa gestão não tem compromisso com quaisquer dessas causas; na verdade, se apoia em forças econômicas e políticas interessadas num consumo imediato dos recursos naturais, sem se preocupar com o amanhã.

Mas a sustentabilidade é um caminho sem volta. Teremos que priorizar essas questões, que não são inconciliáveis, e isso deve acontecer, com a mais absoluta certeza, num governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores.

CUT Brasil/DIEESE - Historicamente, os sindicatos lutam por melhores condições de trabalho, geração de empregos, bons salários e crescimento econômico. Qual é o papel dos sindicatos na agenda ambiental?

—
A classe trabalhadora não é a maior responsável pela crise climática; antes pelo contrário. Desse modo, não é justo que pague, sozinha, o preço por ela. Nesse sentido, os sindicatos têm papel medular na definição de como a transição justa deve acontecer e a quem beneficiará,

exigindo empregos sustentáveis, capacitação, responsabilização de empresas violadoras, participação popular e proteção social.

A agenda dos sindicatos deve, gradualmente, incluir a questão ambiental como bandeira dos trabalhadores. São eles os maiores prejudicados pela degradação ambiental, ao ter que suportar maiores índices de poluição nas grandes cidades, ao consumir produtos ultraprocessados ou contaminados por agrotóxicos. Qualidade de vida precisa ser uma bandeira a ser desfraldada pelos trabalhadores.

CUT Brasil/DIEESE - Os governos e o setor produtivo, no país, carregam a marca do autoritarismo. Através de que canais de diálogo social uma transição energética justa poderia ser construída?

—
Primeiro é preciso valorizar as instituições do Estado Brasileiro; e isso começa pela nossa Constituição. Os princípios estabelecidos em 1988 na nossa Carta Magna foram considerados bastante avançados para a época. O grande problema é que, volta e meia, vemos pessoas e organizações pregando uma nova constituinte ou uma reforma radical do que foi estabelecido, quando o Brasil vivia intensamente o processo de redemocratização; entretanto, o maior problema me parece ser não avançar, mas alcançar o que já foi prometido em 1988.

Quando o Partido dos Trabalhadores governava o país, tínhamos instâncias capazes de permitir o diálogo e a construção de políticas que amortizavam a disputa entre capital e trabalho. Os dois governos que o seguiram destruíram esses espaços de negociação, que podem ser reconstruídos e aperfeiçoados, especialmente tendo em vista que esse processo de transição energética não pode mais ser adiado. Ele é urgente e necessário e precisa da participação de toda a sociedade.

CUT Brasil/DIEESE - Há espaço político, no Congresso Nacional, para avançar em projetos e marcos regulatórios que respeitem os limites do meio ambiente e, ao mesmo tempo, sejam socialmente inclusivos e economicamente viáveis?

—
Hoje esse espaço é bastante exíguo, tenho que admitir. Mesmo com o envolvimento da sociedade civil, em questões que mobilizam diferentes setores, deputados e senadores nem sempre são sensíveis à realidade dos fatos e preferem votar de acordo com as demandas colocadas por setores pouco representativos da vontade e das necessidades da população brasileira.

Para mudar isso é necessário votar em candidatos realmente comprometidos com essas bandeiras. Mas é sempre bom lembrar que a melhor forma de fazer isso é escolher partidos que tenham tradição na defesa desses princípios; e, não fazer uma escolha baseada apenas

em indivíduos. O personalismo deve dar lugar à defesa programática da sustentabilidade, inclusive pensando no impacto intergeracional, e não com uma visão entabulada por períodos eleitorais.

CUT Brasil/DIEESE - A pouca disponibilidade de recursos é um dos grandes gargalos para o Estado avançar na direção de planos alternativos para o desenvolvimento local e sustentável. Quais frentes de financiamento poderiam viabilizar programas e projetos de transição justa? Há espaço fiscal no orçamento público para acolher tais iniciativas?

—

Com vistas à competitividade da energia eólica brasileira, há que se possibilitar o acesso a financiamento com prazos mais longos e juros acessíveis. Esse financiamento afeta diretamente os custos das empresas e, por consequência, o preço da energia eólica. Os incentivos financeiros destinados ao setor estão relacionados com o processo de construção dos parques eólicos e com a produção e desenvolvimento do aerogerador e de seus equipamentos.

O principal agente financiador do setor eólico brasileiro é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); por meio de programas de financiamento tais como o FINAME, que suporta máquinas e equipamentos. Outra importante fonte de finan-

ciamento a juros acessíveis e a longo prazo é o Banco do Nordeste - BNB. Outros exemplos de políticas de apoio à competitividade da energia eólica no Brasil são as isenções fiscais proporcionadas pelos governos estaduais e federal, o Programa de P&D da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o Programa de Subvenção Econômica à Inovação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em menor escala, outras iniciativas que afetam a competitividade da energia eólica no Brasil são o Plano Inova Energia, o Fundo Setorial de Energia (CT-Energia) e o Centro de Tecnologia do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER).

É preciso frisar que investimentos em tecnologia de alto valor agregado, como esses, oferecem grande benefício social; e, nos gabarita a assumir e desempenhar uma liderança continental. A ortodoxia econômica só pensa em despesa, mas não enxerga o potencial, a oportunidade.

CUT Brasil/DIEESE - A geopolítica vem orientando as mudanças na matriz energética mundial. A China tem investido pesado na descarbonização de sua matriz, o governo Biden acena com investimentos nas renováveis e a União Europeia estrutura um Green New Deal. Na sua avaliação, haverá um deslocamento no eixo político internacional em função das novas fontes energéticas? E, como o Brasil deveria se posicionar neste cenário?

—

Acho que esse deslocamento já está ocorrendo e é possível observar isso nas políticas anunciadas pelo governo americano, pela União Europeia e até pela China. O Plano de Ação do governo chinês, divulgado em 2015, já afirmava que deverão ser empreendidos esforços para promover a construção de infraestrutura e o gerenciamento de operações de forma verde e de baixo carbono, considerando plenamente os impactos das mudanças climáticas sobre as obras.

O Brasil ainda não discutiu suficientemente esta questão. O atual governo nos faz retornar no tempo, no que diz respeito ao diálogo internacional e à sustentabilidade. Isso tudo vai ter que ser construído no próximo governo; e, com prazos que estão se tornando cada dia mais curtos. Por sorte, e a despeito do imobilismo da atual gestão, temos avançado nessa discussão em setores como as universidades, o empresariado e os trabalhadores. Mas quando não há participação do

Governo, essas discussões demoram mais para amadurecer. Temos que correr para o Brasil não perder o bonde da história e poder aproveitar o seu enorme potencial neste setor.



ENTREVISTA COM DARLAN SANTOS¹

“É preciso ofertar uma política que quebre o atual ciclo de desindustrialização observado no Brasil, pois esse é o ponto focal de geração de empregos com a qualidade esperada”



1. Darlan Santos é engenheiro Especialista em Energia Eólica. Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE).

CUT Brasil/DIEESE - O enfrentamento das mudanças climáticas é uma agenda que deve ser tratada de diferentes perspectivas nas diversas regiões. Na sua avaliação, quais deveriam ser as ações prioritárias para o Brasil, a região Nordeste e o Rio Grande do Norte?

—

A região Nordeste tem dado sua contribuição para a diversificação da matriz elétrica nacional, alinhada às expectativas mundiais, no processo de transição energética para uma matriz renovável. Não apenas a região Nordeste, mas o Brasil, já sofre os efeitos das mudanças climáticas globais que trazem forte impacto econômico e social; a exemplo do longo período de seca observada não só na região Nordeste, mas também a escassez de chuvas na região Sudeste, comprometendo os reservatórios tanto para consumo de água como para geração de energia.

Essa escassez de água nos reservatórios alimenta um ciclo que pode contribuir ainda mais para as emissões de gases de efeito estufa, quando se observa que a diminuição de geração a partir de fonte hídrica aumenta a pressão pela geração de termoelétricas como ação de segurança energética.

Acredito que ações que passam por questões regulatórias, de infraestrutura, tributárias, em relação às fontes renováveis devam ser tratadas de forma mais urgente e prioritária. A região Nordeste tem potencial para se tornar a área de maior produção de energia do país com base em fontes renováveis, com real possibilidade de desenvolvimento da região.

CUT Brasil/DIEESE - A transição energética aponta para o crescimento das energias renováveis (eólica e solar) na matriz energética do Brasil e o Rio Grande do Norte tem se destacado enquanto produtor de energia eólica. Por outro lado, a energia solar ainda representa uma parcela pequena na geração de energia no país e mesmo na região Nordeste (cerca de 2% no Rio Grande do Norte). Que políticas públicas deveriam ser acionadas pelo governo, nos níveis local e nacional, para fortalecer esta transição?

—
A geração solar fotovoltaica ainda representar menor valor percentual em relação à eólica é apenas uma questão temporal. A energia eólica, dentro do mercado regulado, começou com o leilão de energia de reserva em 2009, que deu início a esse processo. Hoje se observa uma grande quantidade de projetos habilitados e cadastrados nos leilões de energia e, a cada ano, aumenta a participação de projetos fotovoltaicos na matriz elétrica.

A geração de energia a partir do sol já se consolidou como fonte de geração com atração de investimentos importantes para os locais de sua implantação; e, observaremos o incremento dessa fonte nos próximos anos, com destaque novamente para a região Nordeste, caracterizada por elevados índices de radiação solar, associados a baixos índices de chuva/nebulosidade.

A transição, na forma de diversificação da matriz em níveis técnicos de operação seguros, continuará a ocorrer aproveitando as características regionais do país.

A cadeia produtiva da energia eólica indica ainda uma elevada dependência externa das tecnologias para produção de equipamentos. Há potencial para o desenvolvimento de programas com conteúdo local? Como assegurar uma maior geração de empregos de qualidade e renda no Nordeste incentivando a produção de energia eólica?

—
A identificação da cadeia de produção para esse mercado é questão primordial no estabelecimento de políticas de incentivo para ampliação de conteúdo local. Os grandes fabricantes de aerogeradores estão na cadeia global e parte dos insumos e equipamentos são importados. No entanto, já há programas que estabelecem conteúdo local para o incentivo ao financiamento por entes públicos. Temos hoje, no Brasil, um dos maiores fabricantes e fornecedores de pás de aerogeradores para o mundo (AERIS); e, ainda, um fabricante de aerogeradores de grande porte nacional (WEG). Esses são exemplos de empresas com capital humano e tecnológico nacional.

É evidente que os exemplos citados podem e devem ser replicados na intenção de aumentar a oferta de empregos com grau de formação tecnológica maior, com representação de melhores salários e alinhados a tecnologias que serão relevantes nas próximas décadas, dando maior segurança à força de trabalho.

Interessante destacar que grande parte da viabilidade financeira desses projetos relaciona-se à questão logística, sendo a distância entre a fabricação e o ponto

de instalação, item importante na análise dos projetos. Como a região Nordeste se destaca em seu potencial eólico e solar, grande parte da mão de obra nas fases de implantação são locais, dando incremento importante para as localidades dos projetos. Relevante também é a nucleação de pontos de Operação e Manutenção (O&M) nessas regiões, que demanda mão de obra e formação profissional especializada, como também empresas de diferentes níveis de atuação, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

CUT Brasil/DIEESE - Alguns países que vêm enfrentando a transição dos combustíveis fósseis para energias limpas, não têm assegurado a mesma qualidade de emprego aos/as trabalhadores/as impactados/as pela transição. Como garantir que esta transição sustente a geração de empregos e de empregos decentes?

—

A restrição de salários associada à perda de direitos trabalhistas ganhou força como política de incentivo em vários países, no cenário atual, como vetor de desenvolvimento. Considero equivocada o pleito do desenvolvimento baseado no estrangulamento da parcela da população que, em última análise, corresponde exatamente ao mercado consumidor do próprio mercado. Não obstante as atualizações temporais para adequação aos novos modelos de trabalhos e novos mercados e

produtos, a política citada, a curto prazo, já impõe resultados inesperados ao próprio mercado produtivo, sendo necessária uma atualização com visão mais ampla.

Um modelo de transição justa acarreta, de forma direta, o aumento da capacidade de aquisição da força trabalhadora de bens e serviços; e, nesse contexto, apenas a garantia de direitos trabalhistas mínimos, associada a uma política salarial que estabeleça a capacidade de consumo, pode gerar um ciclo de produção e consumo positivo.

Para ampliar as necessidades de entendimento do contexto, é preciso ofertar uma política que quebre o atual ciclo de desindustrialização observado no Brasil, pois esse é o ponto focal de geração de empregos com a qualidade esperada; sendo necessária, ainda, uma real atualização no modelo tarifário que atenda ao contexto produtivo e trabalhista.

CUT BRASIL/DIEESE - A desigualdade social é a principal chaga da sociedade brasileira. Como combater a desigualdade social através de políticas ambientalmente sustentáveis?

—
A desigualdade social é complexa e está calcada em bases históricas, devendo ser conceituada a partir da diversificação ampla e irrestrita de questões como a educação, o acesso ao crédito, a distribuição de renda, as questões sociais, entre tantas outras.

Políticas ambientalmente sustentáveis ganharam força como parâmetro de investimento em vários países, com o direcionamento de investimentos em projetos associados, por exemplo, à preservação da biodiversidade ou à diminuição da emissão de gases de efeito estufa. Esse pensamento de linhas de investimento pôde ser observado, nos últimos tempos no Brasil, com a perda de investimentos externos, mediante os registros recordes de desmatamento no ano de 2020.

Uma nova indústria, com capacidade de atração de investimentos, pode estar associada a produtos e ações ambientalmente sustentáveis. Podemos citar a indústria automobilística, tradicional atividade industrial com grande capacidade de geração de empregos em sua cadeia de produção, que, atualmente, perde força no Brasil, com a saída de montadoras, deixando um legado de desemprego no país. O processo de eletrificação, pelo qual esse mercado passa, poderá ser, em curto período, a representação do renascimento desse setor. No entanto, para que o Brasil também participe desse processo, políticas de atração devem ser discutidas com o equilíbrio esperado entre investimentos, empregos e tributos.

A atenção a quesitos dessa natureza corresponde a apenas uma de tantas linhas de atuação no combate a um tema tão complexo como o da desigualdade social.

Num contexto maior, não pode haver crescimento a longo prazo, dentro do ambiente produtivo, sem a diminuição de disparidades socioeconômicas, como infelizmente ainda são encontradas, de forma tão profunda, no Brasil.

CUT Brasil/DIEESE - Qual é o papel do setor empresarial na agenda ambiental? Através de que canais de diálogo social uma transição energética justa poderia ser construída?

—

O setor empresarial deve estar em constante alinhamento com as expectativas do mercado. Observa-se um forte aumento do consumo de produtos e serviços que estejam de acordo com práticas ambientalmente sustentáveis. Observa-se que grandes marcas apresentam, cada vez mais, preocupação na aquisição de insumos de origem certificada, que não tenham relação com práticas associadas ao desmatamento em áreas de proteção, por exemplo.

O modelo da simples exploração dos recursos naturais, com forte impacto na flora e fauna, tem perdido espaço, sendo substituído por modelos de exploração associados à preservação do meio ambiente.



EQUIPE TÉCNICA

Secretário de Meio Ambiente da CUT

Daniel Machado Gaio

Secretário de Relações Internacionais da CUT

Antonio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-adjunto

de Relações Internacionais da CUT

Quintino Marques Severo

EQUIPE EDITORIAL

Fernando Junqueira

Luz Adriana González Escalona

Nelson Karam

Patrícia Pelatieri

Samuel Fernando de Souza

Thiago Eizo Coutinho Maeda

Vania Ribeiro Gomes

Revisão

Carla Maria Bernardelli Massabki

Projeto gráfico e Ilustrações

Julia Contreiras

São Paulo, setembro 2021

realização

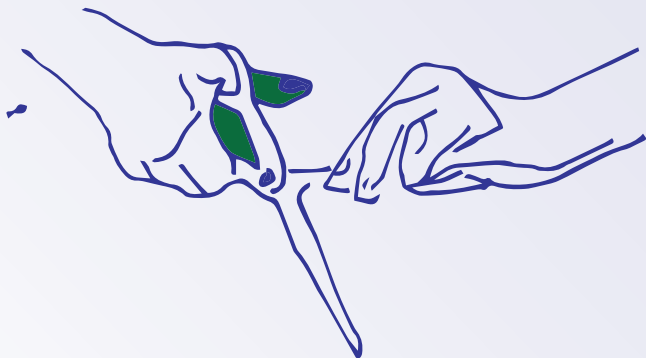


colaboração



apoio





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D536 Diálogos sobre a transição justa : Perspectivas globais e locais. Caso Rio Grande do Norte / CUT - Secretaria Nacional de Meio Ambiente e CUT - Secretaria de Relações Internacionais / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2021.

102 p. ; il.

ISBN 978-65-994176-4-1

1. Sindicalismo - Trabalhadores - Trabalhadoras. 2. Transição Justa. 3. Transição Energética. 4. Mudanças climáticas. 5. Meio Ambiente. 6. Energias renováveis. 7. Energia Eólica. - I. Título. II. Relações Internacionais. III. DIEESE.

CDU 364.25

CDD 333.72

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho - CRB 08/9152)

ISBN: 978-65-994176-4-1



9 786599 417641



Rua Caetano Pinto, 575, Brás — São Paulo — SP | CEP 03041 000
Fone: +55 11 2108-9200 | Faz: +5511 2108-9310

www.cut.org.br

